

Marcio de Lucas Cunha Gomes

**Como falam os Autoritários:
mensurando autoritarismo a partir de discursos
políticos**

Brasil

2020

Marcio de Lucas Cunha Gomes

**Como falam os Autoritários:
mensurando autoritarismo a partir de discursos políticos**

Dissertação apresentada ao Departamento
de Ciência Política da Universidade Federal
de Pernambuco para obtenção do título de
Mestre em Ciência Política. Orientadora: Prof.
Dra. Nara Pavão

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Departamento de Ciência Política

Programa de Pós-Graduação

Orientador: Nara Pavão

Brasil

2020

Marcio de Lucas Cunha Gomes

Como falam os Autoritários:
mensurando autoritarismo a partir de discursos políticos/ Marcio de Lucas Cunha
Gomes. – Brasil, 2020-
87p. : il. (algumas color.) ; 30 cm.

Orientador: Nara Pavão

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Departamento de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação, 2020.

1. Palavra-chave1. 2. Palavra-chave2. 2. Palavra-chave3. I. Orientador. II.
Universidade xxx. III. Faculdade de xxx. IV. Título

Marcio de Lucas Cunha Gomes

**Como falam os Autoritários:
mensurando autoritarismo a partir de discursos políticos**

Dissertação apresentada ao Departamento
de Ciência Política da Universidade Federal
de Pernambuco para obtenção do título de
Mestre em Ciência Política. Orientadora: Prof.
Dra. Nara Pavão

Trabalho aprovado. Brasil, 01 de março de 2020:

Nara Pavão
Orientadora

Professor
Davi Cordeiro Moreira

Professor
Jakson Alves de Aquino

Brasil
2020

Aos meus pais, que me ensinaram a apreender com meus erros.

Agradecimentos

Não poderia deixar de iniciar meus agradecimentos destacando a imensa importância que meus pais têm na minha vida. Desde o início, eles foram o alicerce e a principal fonte de motivação para a construção de uma trajetória acadêmica que me levasse ao mestrado. Sou grato a eles por todo o apoio na busca pelos meus sonhos, mesmo quando isso significou me mudar para longe. Obrigado pai e obrigado mãe por não me deixarem desistir.

Agradeço a Jakson Aquino por ser meu super herói. Ao longo dos anos em que fui seu orientando no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, tive a honra de absorver valores, habilidades e conhecimento que hoje me guiam na vida acadêmica e profissional. Em Jakson tenho o exemplo de um intelectual impressionante e de um mentor dedicado. Sou grato por todo o tempo que compartilhou comigo me ensinando a programar e a desenvolver pesquisa científica, por todas as boas expectativas que depositou em mim e pela amizade que construímos.

Agradeço a Nara Pavão, pelas incríveis aulas de Teoria Empírica, pelas críticas e sugestões que elevaram a qualidade do trabalho e principalmente pela orientação atenciosa e compreensiva. Agradeço a Davi Moreira, a quem sou grato pelas longas conversas sobre a vida e carreira, pelo tempo que dispôs ouvindo minhas angústias e me oferecendo soluções, pelas referências sobre uso de Processamento de Linguagem Natural na Ciência Política e pelas contribuições para literatura, as quais fundamentaram o desenvolvimento do presente trabalho. Também menciono aqui Adriano Oliveira, pelos diálogos cruciais para a definição do problema de pesquisa e pelos esclarecimentos e sugestões sobre futuro profissional.

Agradeço aos meus colegas do Departamento de Ciência Política da UFPE, por tornarem a experiência no mestrado ainda mais colaborativa, e ao corpo docente, pelo trabalho de qualidade que forjou um aprendizado sólido. Faço menção a Lucas Borba, um grande amigo que me ajudou a me integrar a Recife e que fez grandes contribuições para o referencial teórico da dissertação, a Papa Sufre, pela personalidade amável e por dividir comigo os momentos mais engraçados da Pós-Graduação. Agradeço à Cláudio Monteiro, pela parceria, pelas viagens filosóficas e pelo apoio na exploração do campo da Ciência de Dados.

Também destaco agradecimentos à Pedro Mourão, pela amizade nos momentos em que enfrentei as dificuldades da vida acadêmica. Sou grato a Humberto Magalhães, Janaína Amaral e meu afilhado Raul, por compartilharem comigo amor e consideração. Por fim, sou grato a minha turma de amigos – Erika, Gabriela, Hugo, Jessica, Jorge, Mikael e Renata – apelidada de Quinta Série, responsável por grandes doses de apoio e motivação durante a conclusão da dissertação.

Por fim, agradeço à FACEPE (Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia de Pernambuco) pela bolsa de estudos que permitiu dedicação integral ao mestrado.

Resumo

Como mensurar autoritarismo nas atitudes de políticos eleitos democraticamente? Apesar de inúmeros trabalhos na Ciência Política tratarem das causas e consequências da ascensão de lideranças autoritárias em regimes democráticos, ainda existem ferramentas limitadas para identificá-las em larga escala. Como forma de oferecer uma solução metodológica para a literatura, propõem-se um indicador alternativo de autoritarismo baseado na análise automatizada de conteúdo dos discursos de agentes autoritários. A medida é inspirada nas Escalas F e RWA, propostas por Adorno e Altemeyer, respectivamente, e utiliza-se de Processamento de Linguagem Natural e Análise de Sentimentos como técnicas para mensurar adesão ou rejeição à entidades típicas do discurso autoritário. Como prova de conceito, compilou-se dados de falas realizadas por 3505 parlamentares da Câmara dos Deputados durante nos anos de 2000 à 2020. Entre os resultados, identificou-se que i) a média de autoritarismo não variou significativamente ao longos das legislaturas; ii) apesar disso, é possível identificar mudanças na dispersão da escala, indicando polarização em torno de pautas democráticas; iii) em consonância com as expectativas da literatura, parlamentares associados à congregações religiosas apresentam maiores valores médios de RWA; iv) tal como bancadas ligadas a produção de commodities e v) descendentes de dinastias políticas.

Palavras-chave: autoritarismo, discurso político, Câmara dos Deputados, análise de conteúdo, processamento de linguagem natural, reconhecimento de entidades nomeadas, análise de sentimentos.

Abstract

How to measure authoritarianism in the attitudes of political politicians by democratic regimes? Despite the numbers of works in Political Science, these are causes and consequences of the rise of authoritarian authorities in democratic regimes, but there are still limited tools to identify them. As a way to fill a gap in the literature, this dissertation proposed to present a model of classification of authoritarian agents based on their discourses. The classifier is inspired by the F and RWA Scales, proposed by Adorno and Altemeyer, respectively, and uses Named Entity Recognition and Sentiment Analysis as techniques for measuring the meaning and importance of the value attributed to classical individuals of authoritarian law. . As a proof of concept, use 420,000 bankruptcies from 3700 House of Representatives from 2000 to 2019. Among the results, identified as though, despite isolated fluctuations throughout the legislatures, 2018 is marked by a year of increase. expressive of the authoritarian attitude. It is also possible to confirm the expectations of the literature that the Bullet and Bible benches concentrate on average the largest number of authorized parliamentarians.

Keywords: authoritarianism, political speech, House of Representatives, content analysis, natural processing language, named-entity recognition, sentiment analysis.

Lista de ilustrações

Figura 1 – Distribuição da Escala RWA	30
Figura 2 – Distribuição do Índice de Pós-Materialismo	30
Figura 3 – Diagrama do Discurso Político	44
Figura 4 – Distribuição Priori e Posteriori RWA	51
Figura 5 – Diagrama da Estimação dos Componentes da Valência	57
Figura 6 – Quantis da Frequência de Realização de Discursos por Legislatura . . .	62
Figura 7 – Distribuição da Realização de Discursos por Legislatura	62
Figura 8 – Quantidade de Oradores por Dimensão de RWA	63
Figura 9 – Distribuição da Escala de Valores Autoritários	64
Figura 10 – Distribuição da Escala Alternativa de RWA	66
Figura 11 – Distribuição da Escala Alternativa de RWA por Legislatura	67
Figura 12 – Distribuição da Escala Alternativa de RWA por Grupo de Parlamentares	68
Figura 13 – Distribuição da Escala Alternativa de RWA por Bancadas	69

Lista de quadros

Lista de tabelas

Sumário

1	INTRODUÇÃO	21
2	O QUE É AUTORITARISMO?	25
2.1	Autoritarismo na política	25
2.2	A personalidade Autoritária	27
2.3	O discurso autoritário	30
2.4	Expectativas da Literatura	33
3	COMO CLASSIFICAR AGENTES AUTORITÁRIOS?	37
3.1	As estratégias convencionais	37
3.1.1	Avaliação de Especialista	37
3.1.2	Análise de Movimento Político	38
3.1.3	Survey com Elites	39
3.2	Análise Automatizada de Conteúdo	40
4	PROPONDO UMA NOVA MENSURAÇÃO	43
4.1	Introdução	43
4.2	Definindo uma Tipologia de Entidades	45
4.3	Definindo os Componentes de Mensuração	48
4.4	Operacionalizando a Estimação dos Componentes	52
5	PROVA DE MENSURAÇÃO	59
5.1	Introdução	59
5.2	Coletando e Organizando Dados	60
5.3	Estimando Autoritarismo entre Deputados	63
5.4	Avaliando Autoritarismo por Segmentos de Parlamentares	66
6	CONCLUSÃO	71
	REFERÊNCIAS	73

1 Introdução

Ao longo das últimas duas décadas, discussões sobre os efeitos do autoritarismo na qualidade e estabilidade da democracia ganharam maior espaço na academia e na mídia. Esse fenômeno se deve, em grande medida, ao aumento da presença de líderes políticos, eleitos democraticamente, que carregam consigo traços autoritários nas suas atitudes e comportamento. Em casos mais dramáticos, como na Venezuela, Hungria e Turquia, a presença de chefes do executivo pouco simpáticos à democracia foi elemento decisivo para a ocorrência de reversões autoritárias.

Todavia, apesar da relevância do tema, a literatura ainda conta com ferramentas limitadas para identificar agentes políticos autoritários. Dificuldades no acesso a membros da classe política e limitações na escala de análises que se debruçam sobre documentos, manifestos e trajetórias biográficas têm sido contornadas com adoção de grandes heurísticas como unidade de análise. Entre os níveis de observação, destacam-se partidos políticos (MUDDE, 2009; LOXTON, 2014; MUDDE, 2016); movimentos sociais (CAIANI, 2017), comportamento do eleitorado (BOOTH; SELIGSON, 1984; SELIGSON, 2003; SELIGSON; TUCKER, 2005; RYDGREN, 2007) e grandes lideranças (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; NORRIS; INGLEHART, 2019). Por efeito, o autoritarismo, enquanto atributo individual de parlamentares, candidatos e ativistas, permanece pouco observado.

Como solução metodológica para investigações sobre autoritarismo no nível individual, nessa dissertação será apresentado um indicador de adesão à valores autoritários a partir de discursos políticos. Incorporando os avanços no uso de *text as data* na Ciência Política, a medida explora fontes alternativas para expandir o universo de identificação do fenômeno. Na operacionalização do indicador, utiliza-se Processamento de Linguagem Natural para calcular o posicionamento latente de um agente político em relação a Entidades Textuais típicas do discurso autoritário. Nas expressões de agressividade contra minorias, submissão radical às autoridades e reacionarismo, termos são mobilizadas para referenciar adesão ou rejeição.

As estimativas buscam aderência às escalas F e RWA, propostas respectivamente por Adorno et al. (1950) e Altemeyer (1981) e consagradas na literatura como os instrumentos extensamente validados para mensurar propensão ao autoritarismo (TITUS; HOLLANDER, 1957; MELOEN, 1993). Nos fundamentos que baseiam as medidas, a personalidade autoritária é descrita como a crença de que o mundo é um lugar hostil e perigoso, no qual a segurança coletiva, a estabilidade e a ordem são indispensáveis a qualquer custo (ALTEMEYER; ALTEMEYER, 1996). Partindo disso, seus representantes tendem a dividir a sociedade em dois grupos homogêneos: àqueles que buscam preservar o mundo

como nós conhecemos e aderem as autoridades vigentes e àqueles que as desafiam.

Nas investigações empíricas sobre o tema, a literatura reúne evidências de que a personalidade autoritária está associada à discriminação (TITUS; HOLLANDER, 1957; MELOEN, 1993), preconceito religioso (LAYTHE; FINKEL; KIRKPATRICK, 2001), contra homossexuais (HUNSBERGER, 1996; JONATHAN, 2008), preconceito racial (ROWATT; FRANKLIN, 2004), à manifestações de sexismo (SIBLEY; WILSON; DUCKITT, 2007a), xenofobia (THOMSEN; GREEN; SIDANIUS, 2008) e preconceito em geral (ASBROCK; SIBLEY; DUCKITT, 2010). Entre os segmentos da população que concentram maiores médias nas escalas de autoritarismo estão àqueles mais expostos à violência (SELIGSON; BOOTH, 2010; CARRERAS, 2013; FILHO et al., 2018), mais ativos religiosamente (ROKEACH, 1956; JOHNSON et al., 2011; FUKS, 2012), de classe econômica e renda mais baixa e municípios de menor porte (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017).

Para avaliar a consistência do indicador proposto e verificar sua aderência às medidas utilizadas pela literatura, foram replicados testes com algumas das covariáveis relevantes nas pesquisas sobre autoritarismo. Entre as lideranças em que espera-se maior propensão à expressão de autoritarismo estão: i) representantes das Forças de Segurança; ii) líderes de congregações religiosas e iii) patriarcas de segmentos econômicos agrários. Para isso, foram coletadas 420 mil falas de 3505 parlamentares realizadas entre os anos 2000 e 2020 na Câmara dos Deputados. A conjugação de i) pré-condições para emergência de atitudes autoritárias entre representantes e ii) alta disponibilidade de dados colocam o Brasil na posição de caso favorável para investigação de autoritarismo em um grande conjunto de agentes políticos.

Os resultados dos testes apresentaram correspondência parcial com as expectativas da literatura. Parlamentares oriundos da hierarquia religiosa, assim como aqueles que compõem as bancadas da Bíblia, da Mineração e do Agronegócio apresentam valores de RWA superiores a média dos Deputados. Todavia, ex-membros das Forças de Segurança e representantes da banca da Bala refletiram médias equivalentes aos colegas de Câmara. Os achados confirmam 2 das 3 expectativas da literatura que foram testadas, indicando que o indicador subidentifica expressões autoritárias associadas ao Punitivismo e Agressividade Autoritária, apesar de ser aderente aos componentes de Submissão à Autoridade e Convencionalismo.

Considerando as possibilidades de aprimoramento, o indicador alternativo de autoritarismo proposto nesta dissertação oferece uma *proxy* satisfatória para operacionalização de estudos no tema. Diante das dificuldades em coletar informações sobre crenças e preferências de elites políticas, a estratégia de extrair variáveis atitudinais a partir de seus discursos permite a construção de bancos de dados extensos e investigações amplas sobre tendências anti-democráticas entre candidatos, parlamentares, líderes e integrantes

de movimentos sociais. A versatilidade do indicador alternativo também possibilita sua operacionalização em multi-plataformas, como Redes Sociais.

No capítulo a seguir será apresentada uma caracterização do Autoritarismo no campo da Ciência e Política, considerando seus diversos níveis de manifestação, as especificidades da personalidade autoritária e os elementos associados ao discurso autoritário. Também são apresentadas hipóteses reunidas da literatura sobre autoritarismo com propósito é utilizá-las como validação para indicador proposto. Já no capítulo 3 é apresentada uma revisão das estratégias tradicionais para classificar agentes políticos autoritários e as técnicas, cada vez mais populares, de extração de variáveis atitudinais a partir de dados textuais.

No capítulo 4 é detalhado o processo de estimação do indicador alternativo de autoritarismo, que assegura duas premissas: i) a aderências às medidas consolidadas na literatura e ii) a correção do viés de omissão que espera-se em contexto nos quais estamos extraindo informação a partir de falas realizadas de forma espontânea, sem o estímulo de um questionário. Posteriormente, no capítulo 5, a verificação empírica da validade das hipóteses estabelecidas no capítulo 2 é apresentada tomando os dados de discursos de parlamentares realizados na Câmara dos Deputados. E, por fim, no capítulo 6, são discutidas as conclusões.

2 O que é Autoritarismo?

2.1 Autoritarismo na política

Num passado não tão distante, autoritarismo e democracia eram conceituados como antônimos. A publicação do livro *Capitalism, Socialism and Democracy*, de [Schumpeter et al. \(1942\)](#), ilustra esse paradigma. Nele, era enunciada a tese de que a democracia seria suprimida por governos autocráticos, na medida em que as classes dominantes – sejam elas a burguesia ou a vanguarda socialista – utilizariam-se das restrições a participação popular como forma de imunizar seu domínio contra a vontade das massas.

O que observou-se após a Terceira Onda de Democratização, todavia, foi um fenômeno contra-intuitivo: revoluções majoritaristas e anti-pluralistas trouxeram fins prematuros para algumas das novas democracias ([LIPSET, 1993](#)). Além disso, um bom conjunto de achados aponta que: a preferência pela democracia têm se restringido e a adesão à soluções autoritárias, aumentado, mesmo em democracias antigas ([FOA; MOUNK, 2016](#); [FOA; MOUNK, 2017](#); [FOA; MOUNK, 2017](#)); o apoio à líderes de pulso firme tem aumentado, consistentemente, ao longo do últimos 20 anos, nas democracias em desenvolvimento ([VOETEN, 2016](#)).

O fato de políticos autoritários serem eleitos em regimes democráticos põem em cheque classificações binárias de sistemas políticos. Entre países da América Latina e África com histórico de governos militares e ex-integrantes da URSS, registros da convivência de instituições eleitorais e baixo apoio normativo à democracia e grande competitividade de figuras autoritárias se acumulam ([BOOTH; SELIGSON, 1984](#); [SELIGSON, 2003](#); [SELIGSON; TUCKER, 2005](#)).

Entre os casos que ilustram esse fenômeno, estão as eleições presidenciais bolivianas de 1997 que concederam uma volta ao poder ao General Hugo Banzer, líder do regime militar que se estendeu ao longo da década de 1970 no país. Em 2016, Rodrigo Duterte, um defensor aberto dos “esquadrões da morte”, reponsáveis por milhares de violações de direitos humanos entre 1998 e 2016, foi eleito presidente das Filipinas.

Do ponto de vista da imagem que agentes políticos autoritários constroem de si mesmo, suas plataformas de campanha variam significativamente por contexto cultural. Na Europa Ocidental, partidos de extrema-direita e direita radical tendem a incorporar nativismo, xenofobia, racismo e neoliberalismo em seus discursos ([MUDDE, 2009](#)). Nos EUA, Nova Zelândia e Canadá, a política do ressentimento, manifesta pela rejeição ostensiva ao *establishment*, conjuga a tônica dos *outsiders* anti-democráticos, e, no caso da Rússia, a xenofobia e o ultranacionalismo desempenham esse papel ([NORRIS et al., 2005](#)).

No caso Latino-americano, há um grande número de casos de partidos de extrema-direita que herdaram laços, conexões, recursos e reputação de regimes autoritários que precederam as transições democráticas que ocorreram ao longo da década de 70 e 80 (LOXTON, 2014). Em comum, compartilham a defesa de políticas de segurança *mano dura* como alavanca de campanha para angariar votos do eleitorado que, a despeito de antipatizar com as plataformas liberalizantes da economia, enxergava, nas lideranças linha-dura, qualidades que permitiriam reestabelecer a ordem sobre o caos gerado pela insegurança.

A Alianza Republicana Nacionalista (ARENA), no Equador, é um caso especial de sucesso. O partido explorou o vazio de propostas para resolução dos problemas de segurança e a antipatia gerada pelas políticas desarmamentistas defendidas pelo campo político progressista como oportunidade de se posicionar de forma competitiva no cenário eleitoral (HOLLAND, 2013). Na composição do partido, estavam membros dos *esquadrões da morte* – grupos paramilitares que cooperavam com o governo combatendo guerrilhas comunistas na guerra civil que se estendeu ao longo da década de 80 na região – os quais angariavam credibilidade para execução de políticas *mano dura* de segurança (LOXTON, 2014).

Apesar do populismo penal ser uma marca de campanha proeminente na região que concentra maiores estatísticas de violência do mundo, o autoritarismo é flexível para se adequar em um grande conjunto de narrativas. No caso da Nicarágua, a família Somoza governou o país ao longo dos anos de 1934 e 1979, deixando um legado de violações a direitos civis em nome do combate aos comunistas. Na Venezuela, por outro lado, sob o governo de Hugo Chavez, estatizações, reforma agrária e rivalização com neoliberalismo foram medidas implementadas durante o caminho da reversão autoritária. E em diversas das transições políticas anti-republicanas que ocorreram na América Latina, setores da sociedade civil organizada participaram das mobilizações (VALENZUELA, 2004).

A despeito da diversidade de manifestações, uma característica comum unifica as lideranças autoritárias em regimes democráticos: o estilo populista adotado na comunicação com as massas. Em contextos em que eleições são o mecanismo pelo qual o poder é adquirido, tanques de guerra e fuzis são substituídos por discursos inflamados. Do ponto de vista estratégico, agentes políticos autoritários exploram a insatisfação e desconfiança com a elite no poder e as instituições para inflamar a demanda por um figura de pulso firme capaz de guiar o país. Conforme argumentam Norris e Inglehart (2019)

[...] Populist rhetoric seeks to corrode faith in the legitimate authority of elected representatives in liberal democracies. But the revolution finds it easier to destroy the old than rebuild the new. The danger is that this leaves the door ajar for soft authoritarians attacking democratic norms and practices.

([NORRIS; INGLEHART, 2019](#))

Como efeito, a ascensão dessas lideranças a chefia do executivo aumenta as chances de transições de governo conflituosas, retrocessos na qualidade da democracia, aumento da percepção de corrupção e erosão de direitos civis ([KYLE; MOUNK, 2018](#)). Ou seja, a presença de agentes autoritários no governo, independente das instituições políticas de um país, proporciona administrações que se distanciam dos ideais democráticos.

O comportamento de um grupo político certamente não é condição suficiente para transições autoritárias, contudo parte da literatura tem aderido a classificações que levam em consideração o caráter híbrido de regimes nos quais, apesar das eleições, apresentam traços autoritários em camadas intermediárias do sistema e no modelo de governo, como “autoritarismo competitivo”([LEVITSKY; WAY, 2002](#); [LEVITSKY; WAY, 2006](#)) e “democracia delegativa”([O'DONELL, 1994](#)).

Partindo disso, pode-se definir o autoritarismo em três camadas: i) no nível das configurações do regime, ii) das práticas dos agentes institucionais e iii) da psicologia dos atores políticos ([GLASIUS, 2018](#)). Nesse sentido, um sistema político é autoritário quando veta eleições, tutela os direitos políticos dos cidadãos e concentra amplos poderes na elite. Já no nível intermediário, práticas autoritárias são caracterizadas por decisões que afetam o *accountability* vertical, na medida em que limitam a liberdade de expressão efetiva dos cidadãos, controlam o acesso à informação ou violam a privacidade, por exemplo. Por fim, no nível individual, políticos podem ser classificados como mais ou menos autoritários de acordo com a sua adesão aos princípios de que i) a sociedade deve ser organizada em torno da autoridade e de regras rígidas e ii) que indivíduos desviantes devem ser punidos.

A diferenciação analítica do fenômeno em níveis, apesar de na prática eles estarem conectados, é importante para assinalar que o autoritarismo está presente em todas as formas de organização política, inclusive em regimes democráticos estabelecidos. Seja nas atitudes do eleitorado ou comportamento dos parlamentares, sua expressão encontra-se em latência num grande número de sociedades, suscetível a fatores que estimulam ou restringem sua emergência.

2.2 A personalidade Autoritária

Com tantas cores que preenchem o conteúdo ideológico das campanhas políticas de agentes autoritários, o que define a essência do seu comportamento e personalidade? O que há de comum na mentalidade de líderes que frequentemente rivalizam entre si?

Uma das primeiras contribuições para responder essa questão foi feita por [Adorno et al. \(1950\)](#). Como causa do fascismo e nazismo que ascenderam como problemáticas sociais após a Primeira Guerra Mundial, os autores apontaram a propensão ao autoritarismo como

uma psicopatologia desenvolvida no processo de socialização das crianças, responsável pela manifestação de adesão crônica à autoridade e rejeição àqueles que estão em posição de subalternidade.

A escala F, desenvolvida por Adorno como operacionalização da teoria, mensura a posição de um indivíduo no espectro do autoritarismo. Nas investigações empíricas sobre o tema, a literatura reúne evidências de que a escala F está associada à discriminação e adesão ao autoritarismo (TITUS; HOLLANDER, 1957; MELOEN, 1993), suspeição e baixa confiança interpessoal (DEUTSCH, 1960) e atitudes iliberais (MELOEN, 1993). Mais recentemente, Levitsky e Ziblatt (2018) construíram um indicador de lideranças de perfil autoritário baseado na medida. Os autores proveram argumentos e evidências que apontam que chefes do executivo com elevados escores na escala F representam grande risco para qualidade e sobrevivência da democracia.

Posteriormente, o indicador de dogmatismo, proposto por Rokeach et al. (1960), interpreta o autoritarismo como uma forma de etnocentrismo generalizado, no qual indivíduos de grupos sociais 'desviantes' são vistos como uma ameaça. Fatores como o fundamentalismo religioso, portanto, são identificados como potenciais causadores do acirramento entre *insiders* e *outsiders* e, conseqüentemente, propensão a preconceito religioso (LAYTHE; FINKEL; KIRKPATRICK, 2001), contra homossexuais (HUNSBERGER, 1996; JONATHAN, 2008) e racial (ROWATT; FRANKLIN, 2004).

Porém, foram com os trabalhos de Altemeyer (1981) que os efeitos cognitivos da violência sobre o autoritarismo ficaram mais claros. Em sua principal contribuição para a literatura, definiu o *Right-wing Authoritarianism* (RWA) como uma medida da percepção do mundo como um lugar hostil e perigoso, no qual a segurança coletiva, a estabilidade e a ordem são indispensáveis a qualquer custo.

Nessa perspectiva, o autoritarismo é subproduto de um estado mental de superestresse, ocasionado por uma profunda sensação de medo e impotência. Como resposta ao contexto em que se encontram, indivíduos tendem a adotar uma postura de suspeição radical. Essa postura combina uma submissão dogmática às autoridades, às regras e às convenções sociais que sustentam a realidade social como conhecida com uma resposta agressiva com o desconhecido.

Uma vez que a socialização primária oferece ambiente seguro para o primeiro contato com preferências e atitudes, autoritários tendem a resgatar seu comportamento associativo mais primário, emulando relações patriarcalistas. Ou seja, de forma análoga à regra de Hamilton, em contextos de elevada insegurança, indivíduos tendem a priorizar seus valores e relações com pares próximos, como forma de garantir seu investimento emocional nas interações em contexto de risco, a despeito disso implicar em manter uma teia de interações mais restrita e hierarquizada (OHTSUKI et al., 2006).

Tomando o RWA como preditor, trabalhos empíricos sobre tema apontam que indivíduos que apresentam maiores valores de RWA estão mais propensos à manifestações de sexismo (SIBLEY; WILSON; DUCKITT, 2007a), xenofobia (THOMSEN; GREEN; SIDANIUS, 2008) e preconceito em geral (ASBROCK; SIBLEY; DUCKITT, 2010). Além disso, outras evidências sugerem que RWA está associado à defesa do uso de violência de grupos dominantes sobre dominados (HENRY et al., 2005) e maior aceitação do uso de agressão em guerras, na punição de criminosos e na educação das crianças (BENJAMIN, 2006).

É preciso, contudo, estabelecer uma distinção entre a manifestação da personalidade autoritária em líderes e em seguidores. Apesar de ambos os grupos compartilharem de uma narrativa de insegurança existencial, a ocupação de uma posição de poder produz uma diferenciação fundamental: enquanto membros autoritários da sociedade civil agem motivados por uma submissão radical a uma figura de autoridade, suas lideranças são movidos pelo reestabelecimento da ordem social (ALTEMEYER, 2006).

Coleman (1994), em seu livro *Foundations of Social Theory*, explora o caso de Charles Manson e o grupo "the Family" para argumentar sobre a transferência de autonomia em relações hierarquizadas. Após o cometimento de brutais assassinatos, um dos membros relatou que:

Sometimes I felt as though [Manson] were always with me, thinking my thoughts for me—or his through me . . . It was as though Charlie kept pulling me back, slowly but persistently, even though we'd had no contact since I walked out the back door of that Topanga Canyon cabin. I tried to fight it, but it was no use, he wouldn't let go of me. I'd seen the world I was living in and he'd warned me, and I found it just what he'd said it would be. (Watson, 1978, p. 81)

Em casos de submissão dogmática, ilustrados nesse exemplo extremo, é difícil distinguir se a motivação prepoderante dos seguidores de Manson era a "Helter Skelter"—uma cruzada racial com o propósito de punir negros — ou o culto ao seu líder.

Como efeito da sobreposição de elementos associados a confiança, tolerância e percepção de insegurança, o radicalismo ideológico associado ao RWA possui uma ocorrência esparsa na população. Nas Figuras 1 e 2 é possível comparar a distribuição da escala com o Índice de Pós-Materialismo, proposto por Inglehart e Welzel (2005) e reconhecido como um indicador preciso de comportamentos liberais e pró-democráticos. Os dados sugerem que indivíduos com valores elevados para RWA estão longes do ponto mediano e, por isso, formam uma bolha atitudinal diferente do que observamos com indivíduos com baixos valores para Pós-Materialismo.

Figura 1 – Distribuição da Escala RWA

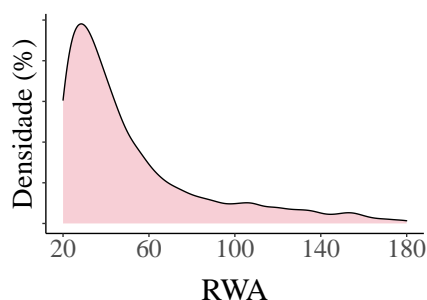
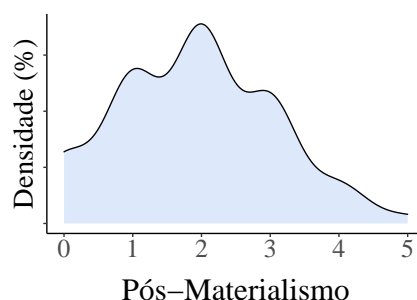
Fonte: [OPP \(2016\)](#)

Figura 2 – Distribuição do Índice de Pós-Materialismo

Fonte: [WVS \(2014\)](#)

A existência de bolhas autoritárias na população tem efeitos significativos sobre a manutenção e replicação de movimentos radicais, os quais foram explorados em artigos sobre o tema. Além da maior imunidade em relação a formas distintas de pensamento – lembre-se que o eleitor mediano e as propostas que visam-no estão distantes das faixas mais autoritárias – essa parcela do eleitorado é facilmente mobilizável por *outsiders* ou segmentos de representação dispostos a capturar suas intenções ([NORRIS, 2017](#); [ALEXANDER; WELZEL, 2017](#)).

De fato, em termos de dinâmica eleitoral, espera-se que a relação entre eleitores e representantes autoritários seja muito mais orgânica do que a interação convencional. Regimes autoritários podem angariar grande apoio popular, se uma parcela consistente da população percebe as restrição às liberdades como uma medida necessária contra ameaças e valida as fontes de informação do governo ([GEDDES; ZALLER, 1989](#); [STEIN, 2013](#)). Portanto, é intuitivo concluir que a natureza da representação política para indivíduos autoritários é marcada por fortes traços delegativos.

2.3 O discurso autoritário

O discurso é um exercício de poder. É por meio da linguagem que registramos conhecimento, leis e regras de comportamento. Estes, por sua vez, compõem as principais categorias que humanos utilizam como referencial para interpretar o mundo ao seu redor. Por exemplo, se observamos alguém furar uma fila, julgamos sua atitude como justa ou oportunista, legal ou criminosa e moral ou anti-ética. Esses termos estão diretamente conectados a instituições sociais como o Estado e a Religião.

Contudo, é importante ressaltar que, apesar dos grandes enunciados que constituem nossos guias de comportamento estarem ancorados na crença coletiva de sua validade, a capacidade de instituí-los está concentrada em poucos indivíduos ([FOUCAULT; KREMER-MARIETTI, 1969](#)). Ou seja, populações creditam legitimidade às suas leis e religiões,

porém apenas uma pequena parte da nação é capaz de exercer influência direta no conteúdo de constituições e ritos.

A existência de um ranking social, que possui lugar de destaque para poucos e de subalternidade, para muitos, possui gênese anterior a civilização como conhecemos. As assimetrias que observamos nas relações sociais são fruto de um longo histórico de disputas e competição que acompanham a trajetória de sobrevivência de todas as espécies. Nessa dinâmica, a subserviência pode ou não ser conquistada por meio da força, mas sua manutenção se dá de maneira pacífica, na medida em que é naturalizada.

Dentre as causas da hierarquia entre indivíduos, que funda a desigualdade observada na comunicação, a literatura aponta características individuais como determinantes significativos do desenvolvimento de dominância em grupos animais e humanos. Pesquisas documentam cor (BAKKER; SEVENSTER, 1983), idade (CÔTÉ, 2000; BOHLIN, 2001), peso corporal (MORGAN et al., 2000), altura (HUANG; OLSON; OLSON, 2002) e aparência (LAWSON et al., 2010; LODGE; TABER, 2013) como alguns dos preditores da posição social de um indivíduo.

Se por um lado características individuais explicam o surgimento da dominância, por outro, não são o único ingrediente do surgimento e estabilidade de cadeias de hierarquia que envolvem muitos integrantes. A disputa pelo lugar de dominância é mediada pela dinâmica interna dos grupos que compõem uma sociedade (RIDGEWAY; DIEKEMA, 1989) e, em seguida, das relações entre os grupos (CHASE, 1980; CHASE et al., 2002). Ou seja, a desigualdade é segmentada por clivagens formadas a partir de uma dinâmica complexa que envolvem aglutinações hierarquizadas de indivíduos em grupos que podem ser ordenados por status.

Como argumentam Sidanius e Pratto (2001), uma vez que grupos sociais são formados em torno de clivagens específicas – por exemplo idade, gênero, clãs, nacionalidade, religião, cor e classe social – seus integrantes reproduzem comportamento competitivo no qual buscam estabelecer superioridade. Nessa dinâmica, a formação de grupos dominantes e dominados estabelece a base da desigualdade, que consiste em uma super-atribuição de valores positivos aos dominantes e, de valores negativos, aos dominados. Dado que discursos refletem relações de dominância presentes na sociedade, expressões linguísticas do autoritarismo tendem a carregar traços valorativos presentes no seu conteúdo ideológico: a exaltação das figuras reconhecidas como autoridade e a depreciação de grupos minoritários de status social mais baixo.

Isto posto, o autoritarismo pode ser lido como uma propriedade que emerge de sistemas sociais desiguais e hierarquizados, nos quais a dominância é reafirmada como narrativa política. Conforme argumentou-se na seção anterior, indivíduos autoritários apresentam maior propensão à expressão de preconceito e discriminação em geral. Ainda sobre o conteúdo de discursos autoritários, a literatura aponta a conexão entre autoritarismo

e demonstração de hostilidade (SIEGEL, 1956) e trabalhos que se dedicaram a investigar grupos políticos extremistas produziram resultados que sugerem que o dogmatismo político está correlacionado ao uso de discurso de ódio contra adversários e minorias (GERSTENFELD; GRANT; CHIANG, 2003; BEN-DAVID; MATAMOROS-FERNÁNDEZ, 2016).

O discurso autoritário apresenta ainda dimensões relevantes no que dizem respeito a sua forma e estilo. Beauzamy (2013) argumentou que dois traços comuns ao discurso fascista no passado e no presente, são: i) o uso de argumentos elaborados com base em pseudo-ciência, teorias da conspiração, considerações mágicas e exegese religiosa e ii) uso de clichês e estereótipos populares como metáforas em menções pejorativas a populações marginalizadas. Numa investigação similar, Khany e Hamzelou (2014) analisaram 20 discursos de personalidades históricas como Hitler, Stalin e Gadhafi. Como características comuns, apontaram a i) o majoritarismo e a massificação, ii) a defesa da incorruptibilidade do governo e iii) a manipulação das expectativas da opinião pública.

Em convergência com essa caracterização, Smith (1990) apresentou contribuição relevante para uma tipologia dos discursos autoritários analisando debates parlamentares acerca da “proibição do fomento a homossexualidade”, que ocorreram entre as décadas de 80 e 90, nos EUA. Segundo a autora as falas autoritárias que emergiram sobre o tema apresentavam um traço marcante: a evocação de preconceitos e associações espúrias como método de enquadrar a discussão de forma desfavorável para a população gay. Em um dos exemplos dessa atitude, a menção à soropositividade como *link* entre homossexualidade e problemas de saúde pública:

A hegemonic interpretation of the AIDS phenomenon is, for example, actually a representation of radical difference, situated within a long tradition of similar representations of 'other' social elements. This AIDS discourse is linked genealogically to popular anxieties about various diseases, communist infiltration, immigrant populations, crime 'waves', drug 'crazes', etc. (SMITH; PETTIGREW, 2015)

A conexão entre soropositividade e homossexualidade é um caso típico do fenômeno cognitivo documentado como *illusory correlation*, segundo o qual duas categorias de eventos são associadas sem que sua co-ocorrência estatística seja significativa. Além de uma inferência incorreta, capaz de estimular conclusões inadequadas, está na raiz do reforço de estereótipos de raça, gênero e sexualidade que fazem parte do discurso autoritário. Quando indivíduos percebem maior frequência relativa de comportamentos rejeitados em um grupo, há uma tendência de identificá-los como atributo intrínseco ao grupo em questão, mesmo que a ocorrência absoluta de “imposturas” seja baixa (SIDANIUS; PRATTO, 2001).

Além da frequente expressão de rejeição às populações identificadas como desviantes, discursos autoritários também envolvem constantes apelos a restauração da autoridade. Narrativas organicamente conectadas com o passado, que proclamam a restauração da ordem social e dos bons tempos que precederam o período atual tendem a ser instrumento de políticos autoritários para se colocarem como alternativas de crise (PINTO, 2004; MIETZNER, 2014).

Com isso, políticos autoritários as vezes se apresentam como alternativas radicais para condução de processos revolucionários ou de transição radical. Nesses cenários, discursos populistas que antagonizam as elites no poder com o “verdadeiro povo” são a principal estratégia eleitoral lideranças (MÜLLER, 2017; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). A proclamação de uma conexão íntima com a cultura, a tradição e os anseios da massa e o uso de forma verbal imperativa, autocentrada e reativa também são características marcantes de figuras autoritárias que buscam estabelecer uma nova hegemonia (GOLDSCHLÄGER, 1982; GOUNARI, 2018; HUNTER; POWER, 2019).

Tendo isso em mente, é importante considerar que, como agentes políticos que disputam eleições, o uso estratégico da fala é uma variante importante para compreender a forma e o conteúdo dos discursos de lideranças autoritárias em regimes democráticos. É especialmente em sistemas polarizados e com muitos partidos, em que a decisão do eleitorado tende a ser mais complexa, que características pessoais ganham relevância no debate público (ADAMS et al., 2011; CURINI, 2015). Nesses contextos, antagonizar com o *establishment* democrático e com as regras constitucionais em prol da imagem de líder que não vê barreiras para realizar seus ideais compõem uma plataforma tática de campanha.

Em síntese, o discurso autoritário é marcado por forte traço de polarização entre autoridades e indivíduos desviantes. Seja por referência direta ou indireta, às autoridades são atribuídas fortuna moral e, aos desviantes, todo o mal experienciado pelos “verdadeiros cidadãos”. De modo a cristalizar valores e dogmas, políticos autoritários frequentemente apelam para falas majoritaristas que relembram o passado de maneira nostálgica e acentuam as ameaças do presente. Como solução, apresentam-se em falas imperativas e hierarquizadas como guias para retomada da ordem e segurança.

2.4 Expectativas da Literatura

Além de identificar características quanto à forma e conteúdo das narrativas autoritárias, investigações sobre o tema também reúnem um conjunto de fatores associados ao autoritarismo e aos grupos que apresentam maior prevalência de manifestá-lo. Adorno et al. (1950), em seu trabalho seminal, apontou a rigidez e uso de violência da educação das crianças como um determinante central no desenvolvimento de atitudes autoritárias. Evidências coletadas posteriormente sugerem que a agressividade imposta na socialização

primária eleva as taxas basais de estresse dos indivíduos e naturaliza a coerção como instrumento de negociação nas interações sociais (HOPF, 1993; HIEL; CLERCQ, 2009).

Apesar das críticas direcionadas a Adorno devido a sua interpretação do autoritarismo enquanto patologia psicológica, a família certamente permanece como preditor relevante para personalidade autoritária. Pais transmitem seus valores aos filhos, especialmente quando esses valores envolvem posições radicais e restritivas. Além do efeito geracional direto, a composição familiar é responsável por favorecer a formação de atitudes autoritárias por meio de *in-group favoritism* (LEWIS; BATES, 2014; ALTEMEYER, 2006). O familismo, desenvolvido a partir de conexões familiares profundas, pode ser responsável por limitar o convívio com comportamentos diversos e envolver os mais jovens em posicionamentos conservadores.

Outro vetor de força contrário a formação de uma mentalidade aberta e tolerante reside na religião. O fundamentalismo religioso oferece, em grande medida, precondições para adesão à narrativa autoritária: a crença em uma verdade eterna sobre a vida e o destino da humanidade, que depende do embate entre as forças do bem e do mal e da manutenção de práticas e tradições estabelecidas no passado (ROKEACH, 1956; ROKEACH et al., 1960). Como evidência desse fenômeno, a literatura encontra associação positiva entre intensidade da adesão à um sistema religioso e atitudes anti-democráticas e intolerantes (PEREIRA; LIMA; LARRAIN, 2001; PEREIRA; TORRES; BARROS, 2004; FUKS, 2012). Como efeito, são as congregações religiosas mais radicais que constituem as parcelas mais fiéis do eleitorado de políticos autoritários (MUDDE; KALTWASSER, 2013; BETZ; JOHNSON, 2016).

A insegurança também integra o universo de covariáveis do autoritarismo. Os efeitos do RWA sobre a manifestação de preconceito e violência tendem a apresentar maior magnitude em contextos de maior ameaça objetiva ou medo de vitimização. Ataques terroristas impulsionam a manifestação de RWA e, além disso, atuam como moderadores do impacto do autoritarismo sobre aceitação do uso de tortura em guerras (LINDÉN; BJÖRKLUND; BÄCKSTRÖM, 2018). Outros trabalhos encontraram resultados similares tomando o apoio à medidas de vigilância e restrição da liberdade como variável dependente (COHRS et al., 2005). Estudos experimentais que manipularam a percepção de ameaça no mundo também encontram evidências de que RWA é função da avaliação do risco e da insegurança de um indivíduo (DUCKITT; FISHER, 2003; SIBLEY; WILSON; DUCKITT, 2007b).

A conexão entre violência e valores autoritários é corroborada ainda pela literatura que mensura os efeitos da violência sobre comportamento prossocial. Resultados de *surveys* aplicados pré e pós guerras civis apontam que o conflito é uma fonte exógena de cooperação intragrupal e rivalidade intergrupala (BAUER et al., 2016; BAUER; FIALA; LEVELY, 2018). Investigações sobre as consequências dos homicídios cometidos pelos carteis de

droga no México, identificaram efeitos heterogêneos da violência na manifestação de solidariedade com as vítimas: entre aqueles que tiveram parentes assassinados, a associação é positiva, já entre aqueles que não tiveram parente assassinados, negativa (SCHEDLER, 2014; SCHEDLER, 2016).

Além de componentes socioculturais, fatores econômicos também estão correlacionados ao RWA. A literatura reúne evidências de que o desenvolvimento exerce efeitos profundos sobre a cultura política das sociedades. Durante o processo de modernização, conflitos redistributivos são amenizados por meio da elevação da renda média e as populações experienciam a formação de capital humano, que permite a construção de regras sociais mais tolerantes, seculares e individualistas (SULLIVAN; TRANSUE, 1999; INGLEHART; WELZEL, 2005). Nessa dinâmica, a amenização da insegurança existencial favorece uma solução cooperativa para os problemas coletivos e, portanto, aumentam o apoio popular à democracia.

A relação entre economia e autoritarismo também se faz perceber a partir dos segmentos ocupacionais do mercado de trabalho. Mesmo em países que passaram por uma trajetória consistente de aumento da produtividade absoluta ao longo das últimas décadas, populações rurais absorveram poucos benefícios desse processo e perderam renda relativa. Como resultado, evidências apontam que o campo, em geral, constitui um cinturão de votos em favor de lideranças autoritárias, em grande medida por concentrarem maiores níveis de insegurança existencial (BALLARD-ROSA et al., 2017; NORRIS; INGLEHART, 2019; MAMONOVA; FRANQUESA, 2019; BERLET; SUNSHINE, 2019; MAMONOVA, 2019). Além disso, no levantamento realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017), foram nos municípios de menor porte e nas regiões mais rurais do Brasil que se concentraram as maiores médias de autoritarismo entre os entrevistados.

Se por um lado esses achados identificam os segmentos da população mais suscetíveis ao autoritarismo, por outro também expõem porções eleitorais que servem de fortuna política para lideranças autoritárias. Conforme foi discutido na seção 2.1, ex-membros de forças militares e paramilitares, defensores de políticas *manodura* de enfrentamento da violência, partidos que proclamam o restabelecimento dos valores tradicionais, líderes radicais religiosos, elites agrárias e vocalizadores do ressentimento e da depreciação compõem a imagem do radicalismo anti-democrático na política contemporânea (VALENZUELA, 2004; NORRIS et al., 2005; MUDDE, 2009; LOXTON, 2014; LOXTON, 2015). Uma vez que dão vazão às angústias de indivíduos envoltos no medo da barbárie, espera-se que esses grupos de agentes políticos expressem maior adesão à Valores Autoritários, tanto por serem produto de dinâmicas estruturais que ocorrem na sociedade como por se beneficiarem eleitoralmente estimulando atitudes autoritários do eleitorado.

Como síntese dos achados, podem ser definidas 3 hipóteses sobre segmentos de agentes políticos que tendem a apresentar maior propensão ao autoritarismo:

- *H1 : Parlamentares cuja representação está intimamente ligada a religião tendem a expressar maior adesão ao autoritarismo.*
- *H2 : Membros e ex-membros de forças militarizadas estão mais sujeito a falas anti-democráticas.*
- *H3 : Elites de setores primários da economia, principalmente ligados a exportação de commodities, em média, são mais autoritários.*

Na seção a seguir será apresentada uma revisão da literatura que se dedica a classificar políticos autoritários em regimes democráticos. Na sequência será descrito e especificada uma estratégia alternativa de mensuração, proposta nesta dissertação como solução para as limitações das técnicas usuais. Por fim, no capítulo que trata da Prova de Mensuração, essas 3 hipóteses serão reverificadas com o propósito de assegurar que o indicador proposto é aderente as medidas tradicionais.

3 Como classificar Agentes Autoritários?

3.1 As estratégias convencionais

Conforme foi apresentado na seção *Autoritarismo na política*, no capítulo 2, diversos trabalhos em Ciência Política se dedicaram a identificar causas e efeitos de políticos autoritários em regimes democráticos. Para isso, utilizam-se de um conjunto de estratégias metodológicas para classificar um agente autoritário. Nesse capítulo, abordará-se os principais critérios de classificação da literatura: a Avaliação de Especialista, Análise de Movimento Político, Survey com Elites. Por fim será discutido o uso de Análise Automatizada de Conteúdo como técnica de extração de variáveis atitudinais a partir de dados textuais.

3.1.1 Avaliação de Especialista

A primeira e mais popular forma de classificação baseia-se em estudos de caso de lideranças políticas, nos quais suas atitudes e comportamentos são observados a partir de pronunciamentos, discursos e presença na mídia. A partir daí, são analisados holisticamente, tomando como base um referencial teórico, e, então, são identificados ou não como autoritários.

Alguns dos exemplos dessa abordagem podem ser encontrados nos trabalhos de [Seligson \(2003\)](#), [Seligson e Tucker \(2005\)](#), [Weyland \(2013\)](#) e [Levitsky e Ziblatt \(2018\)](#). Em cada um deles, as autoras e os autores identificam características nas lideranças políticas – em geral chefes do executivo – que sugerem comportamento anti-democrático. Em algum dos casos, como o de Chavez, na Venezuela, e do General Hugo Banzer, na Bolívia, atos realizados após o início dos seus governos também fazem parte do escopo de análise.

Entre as vantagens desse modelo de classificação, a precisão certamente é a principal delas. Construindo uma narrativa com tantos elementos, a credibilidade das suas conclusões é elevada. Pesquisas que optam por realizarem estudo de casos de líderes costumam oferecer um conjunto rico e convincente de evidências para seus resultados.

Apesar da precisão na identificação, a abordagem baseada na análise de especialistas apresenta grandes limitações. Como trata-se de uma extensa coleta de informações sobre um agente político – não raramente realizada de forma não sistemática – a capacidade de replicabilidade dessas pesquisas é baixa e sua abrangência é limitada. Como recursos de pesquisa são limitados, líderes autoritários tendem a ganhar espaço nessas investigações acadêmicas apenas após ascensão para lugares de poder nos quais já representam risco para o regime democrático.

3.1.2 Análise de Movimento Político

Nas investigações da dinâmica eleitoral de movimentos autoritários em regimes democráticos, partidos políticos frequentemente são tomados como unidade de análise, porém movimentos sociais também integram essas análises (CAIANI, 2017). Como efeito, a literatura conta com um extenso histórico de pesquisas e registros que identificam a evolução desses partidos e grupos organizados ao longo da história recente, tanto no que diz respeito a desempenho como radicalização (NORRIS et al., 2005; MUDDE, 2009; CAIANI, 2017; MUDDE, 2016; MUDDE, 2017).

Como critério de classificação de partidos autoritários, a Análise de Agenda Partidária baseia-se na ideologia expressa diretamente pelos partidos, em manifestos e programas de governo, na percepção do eleitorado da sua posição no espectro político, e das suas raízes históricas (MUDDE, 2000). Frequentemente *surveys* com o eleitorado também integram fonte de informação para o enquadramento em tipologias (BOOTH; SELIGSON, 1984; BOOTH; SELIGSON, 1994; MACWILLIAMS, 2016). Como as unidades de análise estão presentes em pequeno número, ou são mensuradas de forma indireta, há, atualmente, uma grande cobertura no mapeamento realizado por pesquisadores independentes.

Um conjunto de trabalhos, que exemplifica essa abordagem, pode ser encontrada na literatura que trata de partidos políticos que herdaram, na sua fundação, recursos, conexões e ideologia dos governos autoritários que precederam as transições democráticas na América Latina (LOXTON, 2015; LOXTON, 2014; LYONS, 2016; LOXTON, 2015) e Europa Central (GRZYMALA-BUSSE, 2006).

Nessas pesquisas, a construção de uma imagem de campanha baseada em uma extensa lista de referências aos signos militares, além forte conexão dos programas de governo com plataformas securitárias e anti-comunistas, compõem o critério de demarcação. Contudo, como esclarece Mudde (2000), investigar o fenômeno do autoritarismo, a partir de uma definição ideológica, possui uma limitação no que diz respeito a falácia ecológica:

Although party ideology is said to be the most important criterion for classification, it is used only in an indirect way, i.e. through the eyes of the party itself (party name) or of the voters. (MUDDE, 2000)

Se por um lado é possível construir uma medida com grande cobertura e relativa precisão – apesar discordâncias na classificação serem tema de discussões recentes da literatura (GLASIUS, 2018; MUDDE, 2016) – por outro há uma limitação no que diz respeito a profundidade das inferências baseadas em agentes políticos agregados.

3.1.3 Survey com Elites

A utilização de dados fruto de questionários aplicados a elites está presente no histórico de produções em Ciência Política (HOFFMANN-LANGE, 2007; ANDREADIS; RUTH, 2019). Em consonância com a convergência recente da literatura para apontar papel preponderante das elites na formação da opinião pública (ZALLER et al., 1992; GABEL; SCHEVE, 2007; ACHEN; BARTELS, 2017), essa abordagem é capaz de identificar o núcleo dos principais agentes de constuição e fomento de ideologias políticas.

A literatura que trata sobre populismo é um dos exemplos recentes de uso da técnica. Trabalhos como o de Stavrakakis, Andreadis e Katsambekis (2017) e Andreadis e Stavrakakis (2017) dedicaram-se a utilizar respostas de *surveys* aplicados a parlamentares para operacionalizar critérios de classificação de partidos populistas e mensurar a organicidade do vínculo entre representantes e eleitorado populista. Além disso, Stevens, Bishin e Barr (2006) dedicaram-se a identificar componentes da dinâmica autoritária entre elites políticas e civis – no caso, a percepção de ameaça e o apoio a soluções anti-democráticas.

Como argumenta Ruth e Baracaldo (2015), a ferramenta de *survey* permite a coleta de dados atitudinais de um universo maior de indivíduos que ocupam lugar de poder em governos. Parlamentares compõem uma peça importante em governos e na formação da opinião pública, porém permanecem inexplorados pela literatura. Devido às limitações das técnicas de análise de discurso, estudos de caso e entrevistas com eleitores em i) produzir resultados para grande número de casos ou ii) medir com precisão a ideologia política das elites políticas, uma parte importante da dinâmica populista permanece desconhecida.

A posição de Ruth e Baracaldo (2015) pode ser facilmente estendida para o campo de estudos sobre autoritarismo. As técnicas revisadas ao longo desse capítulo possuem limitações semelhantes às tratadas pelo autor e, conseqüentemente, as conclusões no que diz respeito a lacunas no conhecimento sobre autoritarismo entre parlamentares permanecem válidas.

Todavia, *survey* com elites possuem graves limitações. Um dos grandes impeditivos de sua execução é o acesso restrito à população de entrevistados. Como consequência, a periodicidade de bases de dados de atitudes políticas de parlamentares costuma ser baixa. Mesmo em iniciativas como o *Comparative Candidate Survey* (CCS), que reúne dados de questionários aplicados a candidatos e políticos em exercício de diversos países, possuem itens limitados no que diz respeito a mensuração da indicadores da personalidade autoritária.

Como consequência das limitações, foram identificados apenas dois trabalhos nos quais autoritarismo foi mensurado direta ou indiretamente entre parlamentares por meio de *survey* – Stevens, Bishin e Barr (2006) e Joly, Hofmans e Loewen (2018) são os únicos representantes da abordagem encontrados na revisão bibliográfica dessa dissertação.

3.2 Análise Automatizada de Conteúdo

Diante das limitações das abordagens anteriores, estratégias metodológicas que fazem uso de artefatos computacionais para otimizar processos de classificação têm se apresentado como uma solução para identificação em larga escala de atitudes e comportamentos de agentes políticos. Em particular, a literatura em Ciência Política que faz uso de Análise Automatizada de Conteúdo tem expandido seu escopo para ganhar aplicações em i) extração de informação sobre etnicidade a partir de nome (ROBERTS, 2016), ii) identificação de saliência temática em discursos de parlamentares (BATISTA; VIEIRA, 2016; MOREIRA, 2016), iii) construção de variáveis baseadas em componentes textuais (CURINI, 2015) e iv) extração de posicionamento ideológico implícito (SLAPIN; PROKSCH, 2008; CERON; CURINI; IACUS, 2016).

Os principais trabalhos de referência para classificação de parlamentares baseado em discursos concentram-se no campo de estudos sobre populismo. A partir de técnicas de codificação baseadas em dicionário de termos, algoritmos de foram capazes de replicar, com relativa precisão e elevada escalabilidade, a classificação realizada por codificadores individuais de discursos populistas (PAUWELS, 2011; ROODUIJN; PAUWELS, 2011; OLIVER; RAHN, 2016). De forma similar, outras investigações utilizaram processamento de linguagem natural para automatização de partes do processo de identificação, como o reconhecimento de entidades associadas a adjetivos populistas (KYLE; GULTCHIN, 2018) e detecção de *triplets* – tríades compostas por sujeito, verbo e predicado (ASLANIDIS, 2018).

Para além da classificação de atributos atitudinais, algoritmos de aprendizado de máquina também têm sido capazes de modelar fenômenos psicológicos complexos como discurso de ódio (DAVIDSON et al., 2017; ZAMPIERI et al., 2019), hostilidade (HOPP; VARGO, 2017; VARGO; HOPP, 2017; LIU et al., 2018), agressividade (ORASAN, 2018; SAHAY et al., 2018; NIKHIL et al., 2018) e depressão (MOWERY et al., 2016; CHEKROUD et al., 2016; ORABI et al., 2018). Esses resultados sugerem que há grande extensibilidade das aplicações, inclusive no que diz respeito a *features* psicossociais complexas, dentre elas, a personalidade autoritária.

Outra vantagem das técnicas de análise automatizada de conteúdo são sua grande versatilidade em termos de fontes e unidades de análise. A literatura angaria grande número de aplicações em *big data* provenientes de Redes Sociais, *blogs*, documentos oficiais e, no que diz respeito a Ciência Política, discursos, pronunciamentos e manifestos partidários (GRIMMER; STEWART, 2013; WILKERSON; CASAS, 2017; GENTZKOW; KELLY; TADDY, 2019). A escrita registra boa parte da atividade de agentes políticos, tanto dentro como fora do plenário. Uma vez que a comunicação é uma das principais formas de exercício de um mandato e meio orgânico de *accountability*, espera-se grande potencialidade dessa abordagem.

Todavia, algumas ressalvas importantes quanto à natureza dos modelos estatísticos de texto precisam ser salientadas. [Grimmer e Stewart \(2013\)](#) apresentou os 4 *Princípios da Análise Quantitativa de Texto*, são eles:

- All quantitative models of language are wrong—but some are useful.
- Quantitative methods for text amplify resources and augment humans.
- There is no globally best method for automated text analysis.
- Validate, Validate, Validate.

Os tópicos sintetizam as maiores dificuldades da literatura que consome as novas técnicas de processamento de texto. Primeiramente, há grande perda de informação do valor semântico das palavras e frases quando elas são transformadas em dados de entrada em modelo estatístico. O sarcasmo, por exemplo, é um recurso linguístico frequentemente utilizado para acentuar negativas, porém é elemento relativamente subidentificado por algoritmos de análise de conteúdo ([MAYNARD; GREENWOOD, 2014](#)). Além disso, modelos de análise automatizada de conteúdo são significativamente sensíveis aos dados que recebem como *input*. Amostras diferentes são capazes de produzir resultados significativamente distintos, mesmo que compartilhem mesma fonte.

No que diz respeito ao desempenho e validação dos métodos, em artigo de [Dacrema, Cremonesi e Jannach \(2019\)](#), os autores abordaram o estado da arte dos algoritmos de recomendação. De 18 algoritmos considerados como representativos da literatura, apenas 7 foram capazes de ser replicadas de maneira apropriada e, desses, 6 apresentaram performance na revisão inferior a alternativas clássicas. Além de questionar os avanços gerados por implementações mais sofisticadas, o trabalho foi capaz de revelar graves limitações na reprodutibilidade e consistência no desempenho de técnicas de aprendizado de máquina como um todo.

Retomando o problema de pesquisa o qual esta dissertação busca resolver, de forma geral, avalia-se que o universo de *Text as Data* apresenta uma saída consistente para a classificação de políticos autoritários. O potencial para processamento de grandes bancos de dados, com a possibilidade de modelar características individuais complexas, permite uma abordagem abrangente das atitudes de atores políticos cujo ofício implica no exercício da oratória.

Conforme argumentou-se no Capítulo 2, para lideranças autoritárias, discursos são ferramentas de mobilização do seu eleitorado cativo. Nas democracias contemporâneas, é por meio da fala, carregada de traços marcantes, que estes agentes políticos sedimentam e usufruem da dominância que estabelecem. A literatura converge para apontar que indivíduos dominantes tendem a utilizar mais tempo de fala e maior eloquência em seus

discursos. Portanto espera-se que um parlamentar autoritário utilize com maior frequência seu espaço no plenário e, com isso, forneça dados suficientes para sua identificação e minimizar a ocorrência de falsos negativos. Autoritários silenciosos são tão raros quanto democratas no comando de ditaduras.

4 Propondo uma nova Mensuração

4.1 Introdução

O uso de Análise Automatizada de Conteúdo para extração de variáveis atitudinais de dados textuais possui limitações. A principal razão delas está no fato de que as informações tomadas na modelagem advém de uma endógena de manifestação de crenças e preferências: o discurso. Todavia, essa estratégia apresenta-se como uma solução metodológica eficiente para construção de uma medida alternativa de autoritarismo capaz de ser implementada em larga escala, atualizada com frequência e adaptável para diversos canais de comunicação, inclusive Mídias e Redes Sociais. Nos parágrafos a seguir, serão detalhados os passos e pressupostos dessa empreitada.

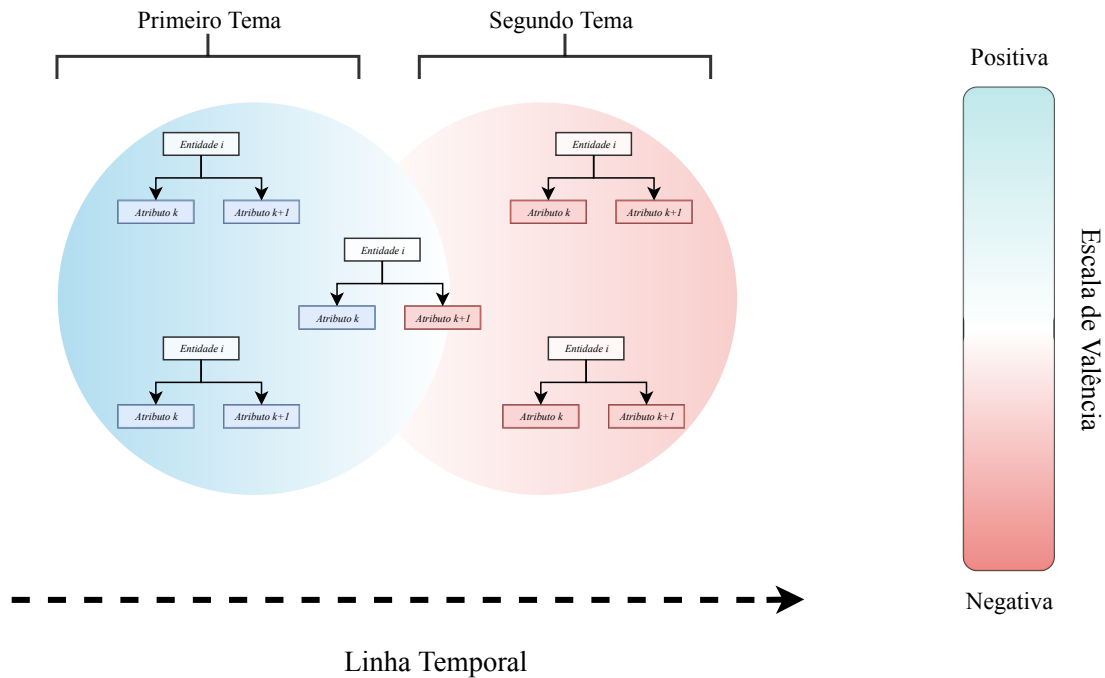
Como ponto de partida, é importante conceituar a dinâmica de manifestação do autoritarismo por meio de discursos. Na Figura 3 é possível visualizar uma diagrama de um discurso político, que é formado por 3 elementos fundamentais: Entidades, objetos textuais aos quais se atribui sentido e significado; Atributos, que são os elementos que adicionam qualidades e significância às Entidade; e Temas, porções do discurso que agregam múltiplas Entidades e Atributos em torno de um conjunto de significados maior. Esses 3 elementos são dispostos pelo orador ao longo do seu tempo de fala e, como consequência, sentenças apresentam-se temporalmente correlacionadas. Ou seja, o que foi dito antes afeta o significado do que é dito depois.

A composição de Entidades, qualificadas por Atributos e agregadas em Temas, especifica a forma pela qual agentes dispõem suas atitudes políticas na forma de um discurso. Como efeito da intencionalidade do orador, Entidades, como ‘governo’, ‘elite’ e ‘povo’, por exemplo, são tomadas como objeto de fala sobre o tema ‘crise atual’, e é por meio dos Atributos associados às Entidades e ao Tema que consegue-se apreender o posicionamento latente do agente político em relação as Entidades mencionadas. Se os Atributos associados a uma Entidade são depreciativos ou se ela foi mencionada no contexto de um Tema que carrega uma carga de sentimentos negativo é intuitivo inferir que trata-se de um objeto de oposição para orador.

Ainda sobre o exemplo da Figura 3, as Entidades mencionadas no início do discurso tanto recebem atributos positivos como compartilham de uma atmosférica temática de Valência¹ mais positiva. No outro extremo, as Entidades mencionadas ao final do discurso possuem o inverso dessas características – Atributos e Tema e negativos. Portanto, pode-se

¹ Valência, nesse sentido, significa a escala de polaridade adjacente a um texto, o quão positivo ou negativo é a intenção expressa em relação a uma Entidade. O termo foi popularizado pelos trabalhos no campo da Análise de Sentimentos, que buscam modelar a polaridade de sentenças e de tópicos.

Figura 3 – Diagrama do Discurso Político



Fonte: elaboração do autor

inferir que, no escopo de Entidades do orador, seu posicionamento variou da simpatia manifesta no início da fala até a rejeição, ao final. Essa dinâmica discursiva remete ao caráter hierárquico da estrutura textual, na qual termos são unidades básicas da linguagem, sentenças concatenam sentido no nível local, e temas consolidam grandes conjuntos de expressão.

Um exemplo prático dessa dinâmica está presente nas contribuições de [Smith \(1990\)](#). Nas falas de parlamentares analisadas pela autora, a expressão de rejeição à minorias apresentou dois modos típicos: i) a atribuição direta de características negativas e ii) o estabelecimento de uma correlação ilusória a partir da menção de Entidades em Temas carregados de polaridade negativa – como crime, entorpecentes e problemas de incivilidade. Do ponto de vista dos ouvintes, um grupo social que compartilha um mesmo espaço semântico que elementos popularmente reprovados também é passível de estigma. De forma simétrica, a exaltação de Entidades associadas às autoridades se dá pelos mesmos mecanismos.

Além do uso de Atributos, a posição em relação a uma Entidade é fortemente marcada pela frequência em que é mencionada nas falas de um agente. A saliência temática demarca tanto clivagens políticas como espaços de embate, uma vez que, no contexto de recursos limitados, é o principal indicativo de quais são as questões prioritárias. A recorrência na menção de uma pauta ou maior investimento de tempo de fala em discursos

nos quais é mencionada eleva a magnitude das opiniões mobilizadas em torno dela e é determinante da ideologia do orador.

É intuitivo assumir, ainda, que Entidades, Atributos e Temas são elementos que se combinam de forma complexa em discursos politizados com o propósito de expressar conteúdo ideológico. Ou seja, é possível utilizar informação da fala dos oradores para inferir posicionamentos latentes e, no caso deste trabalho, estimar seus níveis de RWA. Para isso, assume-se que a Valência expressa em relação a certas classes de Entidade pode ser traduzida em adesão à grupos dominantes – polaridade positiva – e rejeição à grupos dominados – polaridade negativa.

4.2 Definindo uma Tipologia de Entidades

Uma vez que o discurso autoritário é composto por uma estrutura básica de atribuição de significado, segundo a qual autoridades e aos valores tradicionais são sobrevalorizados e grupos identificados como populações desviantes, subvalorizadas, uma tipologia que identifique Entidades associadas à cada uma dos grupos se faz necessária para identificar o nível de adesão à narrativa autoritária. No Quadro 1 é possível observar uma tipologia de Entidades baseada na escala original proposta por [Altemeyer \(2006\)](#) e nas versões brasileiras das escalas de RWA e F, adaptadas respectivamente por [Vilanova et al. \(2018\)](#) e [Filho et al. \(2018\)](#).

O intuito da construção desse artefato é reproduzir as iniciativas acadêmicas que se debruçam sobre a construção de dicionários léxicos, os quais definem associações entre termos ou expressões e fenômenos linguísticos, como a manifestação de sentimentos, opiniões ou a ocorrência de eventos de interesse ([FREITAS et al., 2012](#); [FREITAS, 2013](#); [FREITAS et al., 2014](#)). Nesse sentido, a Tipologia de Entidades busca captar a manifestação de dimensões do autoritarismo concatenando componentes textuais que sinalizam um contexto de menção, por parte de um agente político, um tópico no há expressão de posicionamento em relação às Entidades típicas do discurso autoritário.

No Quadro 1, as divisões correspondem aos Componentes que Integram a Escala RWA, aos Valores que representam dimensões específicas nas quais cada componentes se manifesta e as Raízes que identificam elementos textuais associados a cada Valor. As Raízes são porções genéricas de palavras, sem prefixo, sufixos e conjugações, e no quadro elas identificam as principais Entidades que representativas de cada Valor. É partir desse mapeamento que é possível observar em quais falas uma gente político está se manifestando sobre cada um dos Valores Autoritários e, como consequência, mensurar seu posicionamento em relação a eles.

Para elaboração da Tipologia foram realizados dois esforços: o primeiro envolve a identificação dos Valores Autoritários e o segundo, da Raízes textuais representativas de

cada Valor. Para isso foram analisados os questionários originais, propostos por [Altemeyer \(1981\)](#) e [Adorno et al. \(1950\)](#), e as adaptações das escalas para o contexto brasileiro, realizada por [Vilanova et al. \(2018\)](#) e [Filho et al. \(2018\)](#). Ao longo de todas as perguntas dos questionários, além das dos 3 Componentes fundamentais do autoritarismo foram identificados 8 subcomponentes – ao qual denominou-se de Valores – que dizem respeito a elementos específicos da manifestação de cada componente. Já para definição das Raízes, tomou-se como base o trabalho realizado por [Moreira \(2016\)](#), que mapeou os tópicos constitutivos do debate político brasileiro a partir do resultado de *expressed agenda model* e dados textuais de pronunciamento parlamentares. O mapeamento das Raízes foi finalizado a partir da consulta de sinônimos de conjugações de alguns dos termos.

Quadro 1 - Tipologia de Entidades

Componente	Valor	Raízes
Submissão à Autoridade	Ufanismo	<i>brasil, patri, nação, herói</i>
	Radicalismo Religioso	<i>deus, igreja, evangelic, catolic, crist, crent</i>
Agressividade Autoritária	Punitivismo	<i>polic, seguranc, milit, exercit, forcas</i>
	Patriarcalismo	<i>famil, tradic, home</i>
	Rejeição à Diversidade	<i>negr, racial, homossex, lesb, human, indigen, mulh</i>
Convencionalismo	Majoritarismo	<i>povo, nós, cidad</i>
	Hierarquia	<i>autorid, trabalh, empreg, banc, financeir</i>
	Anti-cientificismo	<i>estud, univers, pesquis, cienc, cient, tecno</i>

Fonte: elaboração do autor com dados de [Moreira \(2016\)](#)

No que diz respeito aos Valores que integram a Tipologia de Entidades, no contexto brasileiro, Ufanismo, Majoritarismo e Punitivismo são elementos centrais da narrativa que saúda o passado e propõem uma saída centralizadora e monotônica, que se utiliza do militarismo, para restauração. Entre os questionários originais e adaptados, estão presentes fortes referências a salvação do país por meio de punição mais rígidas e laços mais estreitos entre Estado e Sociedade Civil. Alguns dos exemplos extraídos das perguntas realizadas nos questionários são:

1. Do jeito que as coisas estão indo nesse país, serão necessárias medidas severas para endireitar os meliantes, os criminosos e os pervertidos.
2. A situação do nosso país está ficando tão séria que ações firmes seriam justificadas se eliminassem os desordeiros e nos levassem de volta ao nosso verdadeiro caminho.

- 6. O que o nosso país realmente precisa é uma dose forte e dura de lei e ordem.
- 29. Nosso país será melhor se obedecermos nossos líderes.
- 34. Nosso país será melhor se mostrarmos respeito à autoridade.
- 3. Não há nada pior do que uma pessoa que não sente profundo amor, gratidão e respeito por seus pais

(VILANOVA et al., 2018; FILHO et al., 2018)

Além de aspectos políticos, também é possível observar uma dimensão associada à atitudes e comportamentos captada pelos valores de Radicalismo Religioso, Patriarcalismo e Rejeição à Diversidade. Cada um dispõe de um conjunto próprio de julgamentos que segmentam a população entre “bons” e “maus”, oferecendo as bases para discriminação e intolerância contra grupos vulneráveis, minorias e indivíduos que questionam a autoridade e a tradição. É possível visualizar alguns desses elementos normativos a partir das afirmativas a seguir que integram os componentes para o cálculo das escalas adaptadas por Vilanova et al. (2018) e Filho et al. (2018):

- 15. As pessoas devem estar prontas para desafiar leis com as quais elas não concordam.
- 18. As pessoas deveriam ter as suas próprias preferências sexuais, mesmo se isso torná-las diferentes do resto da sociedade.
- 19. Não há nada de errado com sexo antes do casamento.
- 21. As pessoas deveriam ter os seus próprios estilos de vida mesmo se isso torná-las diferentes do resto da sociedade.
- 24. As leis de Deus sobre aborto, pornografia e casamento devem ser seguidas à risca antes que seja tarde demais.
- 6. Todos devemos ter fé absoluta em um poder sobrenatural, cujas decisões devemos acatar.
- 10. Os homossexuais são quase criminosos e deveriam receber um castigo severo.

(VILANOVA et al., 2018; FILHO et al., 2018)

Por fim, a Hierarquia e Anti-cientificismo selam um bloqueio triplo contra as principais fontes de contestação na sociedade: aqueles que não ocupam a posição de poder e aqueles que produzem novos conhecimentos. Autoritários tendem rejeitar contestações a suas crenças e apegam-se veementemente aos papéis sociais tradicionais, naturalizando a desigualdade. Buscando identificar esse tipo de disposição, os questionários incluem as afirmativas:

- 16. Estudantes de colégios e universidades devem ser encorajados a desafiar, criticar e confrontar autoridades.
- 13. A ciência tem o seu lugar, mas há muitas coisas importantes que a mente humana jamais poderá compreender.
- 14. Os homens podem ser divididos em duas classes definidas: os fracos e os fortes.
- 16. Pobreza é consequência da falta de vontade de querer trabalhar.

(VILANOVA et al., 2018; FILHO et al., 2018)

Como resultado da manifestação de adesão ou rejeição aos componentes do autoritarismo obtém-se uma Escala de Valores Autoritários, que varia entre 0 e 8 pontos – dado que identificou-se 8 subcomponentes do RWA. A escala busca extrair dos discursos as informações obtidas por meio dos questionários, porém como tratam-se de manifestações endógenas de atitudes, é preciso considerar que a expressão de posicionamento ocorre de maneira direta – a nível de sentença – ou indireta – a nível de tema. No primeiro caso, Atributos associados às Entidades identificam a opinião, já no segundo caso, é o contexto, formado pelo conjunto dos Atributos das Entidades mencionadas sob um Tema, que apresenta o a posição em relação ao Valor.

4.3 Definindo os Componentes de Mensuração

A mensuração alternativa da escala de RWA envolve um processo de complexo de extração de variáveis atitudinais a partir de discursos políticos. Para sua implementação, algumas perguntas precisam ser respondidas, são elas: Quando assinalar apoio ou distanciamento de um Valor Autoritário? De que modo mensurar a expressão de adesão direta e indireta a um Valor Autoritário? Como modelar manifestações sutis de aderência a narrativa autoritária? Quanto de informação a nível de sentença e quanto a nível de contexto deve-se incorporar no calculo do indicador? Essa seção trata de oferecer respostas a esses questionamentos, explicitando as premissas incorporadas na medida.

A Equação 3.1 especifica a estimação de expressão direta de adesão ou rejeição a uma Valor Autoritário. Dado um Valor v , que compõem uma das dimensões do RWA, a adesão de um agente político se expressa pela razão da diferença entre o número de sentenças positivas – Pos_v – e o número de sentenças negativas – Neg_v – que mencionam alguma das Raízes que compõem a tipologia de Entidades no Quadro 1 e o número de sentenças de sentimento mais frequente – Pos_v ou Neg_v .

$$\beta_v = \begin{cases} \frac{Pos_v - Neg_v}{Pos_v}, & \text{se } Pos > Neg \\ \frac{Pos_v - Neg_v}{Neg_v}, & \text{caso contrário.} \end{cases} \quad (4.1)$$

A Equação 3.2 especifica a estimação de expressão indireta de adesão ou rejeição a uma Valor Autoritário. Dado o contexto do Discurso k , em que Entidades que compõem uma das dimensões do RWA são mencionadas, a adesão indireta de um agente político se expressa pela razão da diferença entre o número de sentenças positivas – Pos_k – e o número de sentenças negativas – Neg_k – contidas no contexto e o número de sentenças de sentimento mais frequente – Pos_k ou Neg_k .

$$\gamma_k = \begin{cases} \frac{Pos_k - Neg_k}{Pos_k}, & \text{se } Pos > Neg \\ \frac{Pos_k - Neg_k}{Neg_k}, & \text{caso contrário.} \end{cases} \quad (4.2)$$

As estimativas geradas pelas Equações 3.1 e 3.2 resultam em valores que pertencem ao intervalo $[-1, 1]$, em que quanto mais próximo de 1, maior a probabilidade de adesão a um dos Valores que compõem a escala de Valores Autoritários e, mais próximo de -1, menor a probabilidade de adesão. Cada equação trata de mensurar uma camada de apoio ou distanciamento, captando posicionamentos explícitos e sutis, que podem se manifestas apenas por meio do uso de enquadramento.

Por fim, o indicador final é composto pela soma ponderada das duas estimativas, especificada na Equação 3.3. A escala de adesão, representada por θ , também varia no intervalo $[-1, 1]$. A Equação 3.4 representa a normalização do valor de θ . Se um indivíduo possui resultante positiva, então apresenta algum nível de adesão ao valor autoritário e soma 1 ponto na Escala de Valores Autoritários. Como tratam-se de 8 Valores, a escala varia entre 0 – rejeição de todos os Valores autoritários – e 8 – adesão à todos os valores autoritários.

$$\theta_{vk} = 0.75 * \beta_v + 0.25 * \gamma_k \quad (4.3)$$

$$AuthVal_v = \begin{cases} 1, & \text{se } \theta_{vk} > 0 \\ 0, & \text{caso contrário.} \end{cases} \quad (4.4)$$

Tomando um exemplo, para o valor de Punitivismo, um indivíduo que manifestou $\beta = 0.5$ – portanto se inclinou diretamente ao Valor – e $\gamma = -0.8$ – inserindo a menção ao Valor em um contexto muito negativo – apresenta $\theta = 0.175$ e, assim, recebe 1 ponto na escala de Valores Autoritários – $AuthVal$. Ou seja, o indicador proposto parte do pressuposto que, tomando a totalidade do significado expresso em relação a um valor, 25% advém a nível do contexto e 75%, a nível de sentença.

Na definição dos pesos dos componentes de θ , levou-se em consideração a intuição teórica sobre o tema e as referenciais empíricos da literatura que se dedica a estimar *Social Desirability Bias*. Na intuição teórica fomentada pelos trabalhos que descrevem

as características do discurso autoritário, manifestações sutis de autoritarismo ocorrem quando os Atributos associados às Entidades são indiferentes, porém o contexto é valorativo. Portanto, a atribuição de peso menor para a expressão indireta de posicionamento em relação aos Valores Autoritários a torna decisiva para a classificação somente quando a Valência da expressão direta é neutra.

Em consonância a isso, trabalhos que estimaram a subnotificação de compra de votos, xenofobia e racismo apresentaram como resultado valores entre 20% e 30% (RUDMIN, 1999; HEERWIG; MCCABE, 2009; GONZALEZ-OCANTOS et al., 2012). Apesar de tratarem-se de processos distintos de posicionamento político, acredita-se que esses valores oferecem referenciais anedóticos para a escolha do peso de cada camada de informação. O *Social Desirability Bias*, mensurado nas pesquisas, é resultado um processo de auto-supervisionamento e cálculo de expectativas, já a expressão indireta de adesão a Valores Autoritários é um uso sutil de enquadramento discursivo. Ainda sim, ambos envolvem a omissão de informação sensível.

É necessário, contudo, lidar com um fator adicional. Como agentes políticos possuem agendas diferentes, é esperado que apenas uma parte dos oradores façam menção à todos os Valores da escala de Valores Autoritários, seja para manifestar adesão ou rejeição. Um parlamentar que possui pautas sanitárias como centro da sua representação, por exemplo, tende a se manifestar sobre questões punitivas com menor frequência. Como efeito, a escala incorpora efeitos endógenos da saliência temática dos agentes políticos. A ausência de informação completa sobre o posicionamento em relação a todos os Valores Autoritários também tende a subestimar os níveis globais de autoritarismo, uma vez que poucos agentes se manifestam espontaneamente sobre todos eles.

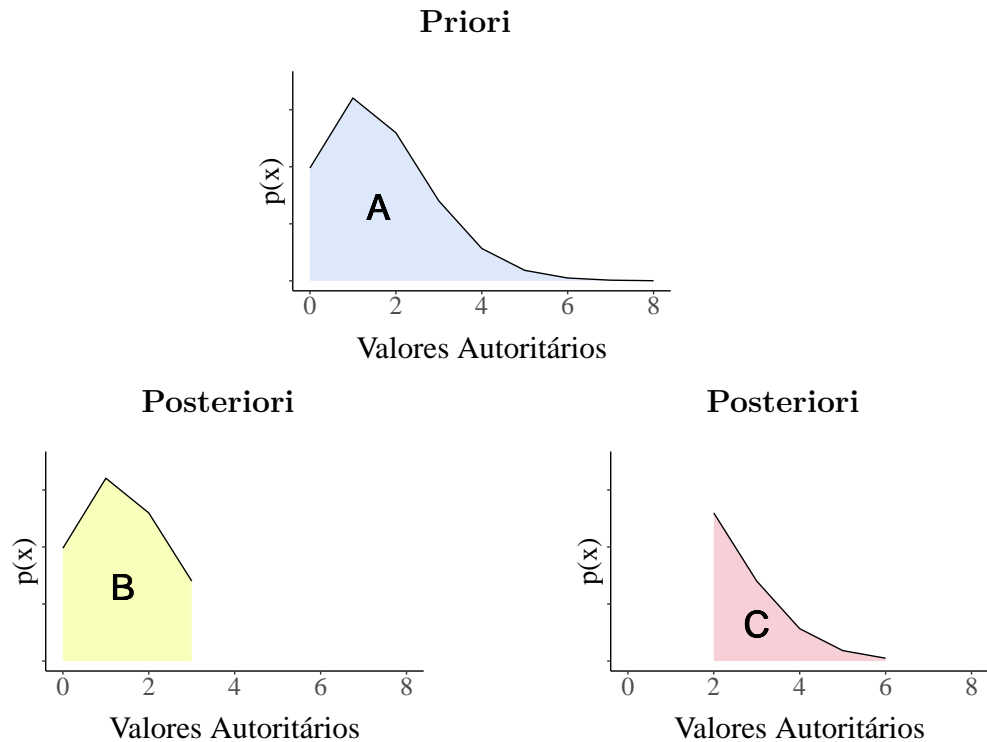
Como forma de estimar os níveis de RWA de um agente político garantindo dois pressupostos fundamentais, i) aderência a escala tradicional e ii) consistência, mesmo com ausência de informação completa sobre os oradores, utilizou-se inferência Bayesiana. Entre as vantagens desse arcabouço estatístico está a possibilidade de utilizar informação a priori, produzida a partir da aplicação dos questionários originais, no processo de mensuração do autoritarismo nos discursos de um agente político. Nesse procedimento, a estimação é resultado de dois componentes: a Priori, que envolve o que sabe-se sobre a distribuição de RWA na população como um todo, e a Verossimilhança, que obtém-se a partir dos dados, e que, neste caso, é obtida por meio da escala de Valores Autoritários.

Como informação a priori, assume-se que o RWA entre agentes políticos segue uma distribuição Poisson, tal como sugerem os dados coletados a partir de respostas para questionário original, como na Figura 1. Uma vez que foram delimitados 8 conjuntos de Valores, a distribuição pertence ao intervalo $[0, 8]$, de parâmetro $\lambda = 1.62^2$. Para inferir

² O parâmetro λ foi estimado a partir dos microdados de OPP (2016). Para isso, tomou-se a média da escala de RWA dos respondentes que levaram até o quantil 95 de tempo para responder o questionário

uma média de RWA para a população, basta calcular a esperança da distribuição ao longo de todo o intervalo, representada pela área A na Figura 4.

Figura 4 – Distribuição Priori e Posteriori RWA



Fonte: elaboração do autor

Como ponto de partida, é intuitivo atribuir o valor médio a um agente político qualquer. Porém, na medida em que adquirimos mais informação, mensurando a escala de Valores Autoritários, é possível introduzir condicionais no cálculo da esperança, restringindo o espaço de eventos e conseguindo alcançar um valor médio que converge para um ponto mais preciso.

Na Figura 4, na área B, também é possível visualizar o polígono resultante de um indivíduo que se manifestou sobre 5 dos 8 Valores e rejeitou todos. Como efeito, dois cenários extremos são possíveis, caso se manifestasse sobre os outros 3 Valores: rejeitar todos ou aderir a todos. Com isso, a área que corresponde o espaço de eventos restringe ao polígono formado pela distribuição no intervalo $[0, 3]$. Já na área C, é possível visualizar a representação de um indivíduo que se manifestou sobre 4 Valores, aderiu a 2 deles e rejeitou outros 2. Nesse caso, os cenários extremos são: rejeitar os outros 4 e aderir a todos eles. Assim, o RWA estimado se restringe a esperança da distribuição no intervalo $[2, 6]$. Comparativamente, o valor de RWA estimado para os casos A, B e C são, respectivamente, 1.62, 1.37 e 2.68.

e que cometeram no máximo até 2 erros, de 16, nas questões de validação.

Alguns destaques importantes nos procedimentos de estimação são que a distribuição a priori, especificada na Equação 3.5 e visível na distribuição da área A, na Figura 4 resguarda os pressupostos de uma distribuição de probabilidade. Para que os polígonos gerados a partir da restrição de intervalos, como no caso das áreas B e C da Figura 4, contudo, é necessário atualizar os valores da variável aleatória para que a integral da função de probabilidade resulte em 1, conforme especifica a função composta na Equação 3.6.

A inclusão de num novo componente no denominador, que consiste na soma das probabilidades dos valores que compõem o intervalo $[L, U]$, tem como efeito normalizar as probabilidades no polígono. Ou seja, a escala de Valores Autoritários entrega os parâmetros de *upper bound* e *lower bound*, utilizados para definir o espaço de eventos. Por fim, a Equação 3.7 especifica o cálculo da esperança da distribuição que tem como resultante o valor estimado de RWA e a Equação 3.8, a variância da estimativa.

$$f(x) = \frac{e^{-\lambda} \lambda^x}{x!} \quad (4.5)$$

$$g \circ f(x, L, U) = \frac{e^{-\lambda} \lambda^x}{x! \sum_{k=L}^U f(k)} \quad (4.6)$$

$$\begin{aligned} \widehat{rwa} &= E(x) \\ E(x|L, U) &= \int_L^U g \circ f(x, L, U) x dx \end{aligned} \quad (4.7)$$

$$\begin{aligned} \sigma^2 &= E(x^2) \\ E(x^2|L, U) &= \int_L^U g \circ f(x, L, U) x^2 dx \end{aligned} \quad (4.8)$$

É possível observar a proporcionalidade entre a quantidade de Valores Autoritários e o RWA estimado, porém os resultados obtidos por meio de atualização Bayesiana apresentam correções contra subestimação e viés de seleção.

4.4 Operacionalizando a Estimação dos Componentes

Para estimarmos o valor de RWA de um agente político é necessário definir um método de mensuração da Valência das Sentenças associadas às Entidades. Conforme argumentou-se, a Valência é um componente que se expressa a nível de sentença e de contexto, manifestando a adesão e rejeição nas suas formas direta e indireta. É a partir do

indicador de que uma sentença é positiva que pode-se calcular os parâmetros β e γ das Equações 3.1 e 3.2. E para definição do escopo do contexto, é necessário identificar a qual tópico ou tema a Entidade de interesse está inserida. Com as duas informações, é possível compor imagens como a Figura 3, que detalham a dinâmica discursiva de um discurso político.

Antes de detalhar a estratégia operacional é necessário caracterizar o uso da Valência como indicador de apoio e desaprovação. Para isso, é importante ressaltar que a validade de modelos baseados em dados textuais envolve a expectativa de que é possível estabelecer equivalência entre valores numéricos e emoções humanas. Além disso, todo modelo carrega um caráter de representação da realidade, que ganha precisão quanto mais for validada. Apesar de críticas que apontam que essas duas premissas são fortes demais para serem aceitas em pesquisas sobre comunicação política (MIGUEL, 2015), a análise de valências têm se popularizado e conta com enorme respaldo acadêmico (JÚNIOR, 2016).

Como opção metodológica, adotou-se a Análise de Sentimentos, uma solução algorítmica para análise de textos, desenvolvida para extração e identificação de emoções, sentimentos e atitudes, altamente escalável. Ao longo das três últimas décadas, tem sido cada vez mais utilizada para a automatização no processamento de *reviews* no mercado digital e extração de *features* textuais de opinião pública. Quanto às premissas do modelo e o tipo de resposta que oferece, algoritmos dessa natureza partem do postulado de que toda sentença possui uma valência, ou seja, um posicionamento latente que pode ser tipificado em pró, contra ou neutro – frequentemente assinalados com os valores -1,0 e 1 – que representam as classes do *target* na otimização do modelo (SERRANO-GUERRERO et al., 2015; MÄNTYLÄ; GRAZIOTIN; KUUTILA, 2018).

Uma das formas de calibrar o algoritmo consiste no uso de dicionários codificados, construídos a partir da classificação de termos e expressões que carregam carga semântica negativa ou positiva. Nesse sentido, alguns dos modelos propostos na literatura ancoram-se em artefatos produzidos no campo da linguística e psicologia para conectar palavras a sentimentos, inclusive com grande complexidade. Um desses exemplos é o PANAS-t, desenvolvido por Gonçalves, Benevenuto e Cha (2013), que baseia-se na escala psicométrica PNAS, proposta por Watson, Clark e Tellegen (1988) e posteriormente estendida por Watson e Clark (1994). A escala, elaborada a partir de entrevistas nas quais respondentes descreviam como se sentiam em relação a certos eventos, identifica expressões associadas à afeição e rejeição.

Anos antes, Bollen, Mao e Pepe (2010) apresentaram um modelo baseado na escala POMS (MCNAIR; HEUCHERT; SHILONY, 2003) que, partindo da mesma estratégia, identificava a valência de uma sentença a partir da frequência relativa de suas palavras e suas correspondências como a tipologia estabelecida. Contudo, o estado da arte das estratégias baseadas em dicionários é ocupado por combinações de tipologias, uso de fontes mistas –

como *emoticons* – e processos generativos automatizados, como a interpolação da valência de uma palavra para seus sinônimos e tipificação baseada em coocorrência (HOGENBOOM et al., 2013; HUTTO; GILBERT, 2014; THELWALL et al., 2014; CANUTO; GONÇALVES; BENEVENUTO, 2016).

Uma alternativa às técnicas baseadas em dicionários são os modelos de *Machine Learning* que tomam texto como *features* na previsão de um *target* que, nesse caso, é composto por classes de sentimentos³. O primeiro trabalho a adotar essa abordagem foi apresentado por Pang, Lee e Vaithyanathan (2002) que, se utilizando de uma base de *reviews* de produtos, tomou das *n-grams* – sequências contínuas de palavras – das sentenças como *inputs*. Atualmente, a literatura documenta modelos de elevado desempenho, que atingem grande precisão de classificação, mesmo como bases de treinamento rotuladas por não-especialistas (HOWARD; RUDER, 2018; SUN et al., 2019; YANG et al., 2019). Essa abordagem, contudo, implica em custos de elaboração e implementação significativamente caros, uma vez que impescindem de codificação em larga escala e grande poder computacional para atingirem precisão satisfatória.

Para definição do modelo de classificação, realizou-se experimentos tomando os 4 principais dicionários léxicos de sentimentos para língua portuguesa: ReLi, LIWC, OpLexicon e SentiLex-PT. O ReLi concatena anotações de 1600 resenhas de 14 livros diferentes (FREITAS et al., 2012; FREITAS et al., 2014) e foi transformado em léxico a partir do trabalho de Freitas (2013) por meio da codificação de vocabulário afetivo. O LIWC é produto de uma investigação psicológica sobre a expressão de sentimentos de estados mentais por meio da linguagem que contou com aplicação extensa de questionários não-estruturados (PENNEBAKER; FRANCIS, 1996; PENNEBAKER; MAYNE; FRANCIS, 1997). Já o OpLexicon e SentiLex-PT se diferenciam das alternativas anteriores por utilizarem codificação automatizada na composição dos léxicos (SOUZA et al., 2011; CARVALHO; SILVA, 2015).

Quanto aos procedimentos realizados na etapa de preprocessamento do texto, as seguintes transformações são realizadas nas sentenças: i) eliminação de pontuação, símbolos e números; ii) remoção de *stopwords* (artigos, preposições, conjunções ...); iii) conversão de todas as palavras da sentença para minúsculo. Vale ressaltar que as raízes das palavras não foram extraídas, uma vez que a flexão é relevante em classificações por dicionário léxico. Partindo da sentença preprocessada, para extração do sentimento, utilizou-se a

³ Do ponto de vista da implementação, as soluções mais simples procedem da seguinte forma: 1) o texto é preprocessado, *stopwords* e símbolos são removidos, 2) as palavras que compõem cada sentença são divididas e as com menor frequência são retiradas 3) a partir de todas as palavras que compõem o banco de dados, sentenças são representadas por uma série de variáveis binárias que identificam a presença ou não de cada uma das palavras e 4) um modelo de regressão logística é treinado utilizando as variáveis binárias como variáveis independentes e o *target*, como variável dependente. Soluções mais complexas envolvem métodos mais sofisticados de transformam das sentenças em variáveis numéricas – como *Word2Vec* – e modelos mais adequados para lidar com multicolinearidade e otimização – como *Ensemble Learning*.

regra de bolso adotada por [Gonçalves, Benevenuto e Cha \(2013\)](#), na qual as quantidades de termos positivos e negativos são relacionadas por meio da fórmula da Equação 3.9.

$$P(s) = \begin{cases} \frac{\alpha_s - \beta_s}{\alpha_s}, & \text{se } \beta_s \leq \alpha_s \\ \frac{-1(\beta_s - \alpha_s)}{\beta_s}, & \text{se } \beta_s > \alpha_s \end{cases} \quad (4.9)$$

Sendo $P(s)$ a polaridade da sentença s ; α_s a quantidade de termos positivos na sentença e β_s a quantidade de termos negativos.

Como base de avaliação dos experimentos, utilizou-se um banco de dados, de elaboração própria, composto pelas sentenças das 511 declarações de voto na sessão que discutiu a admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff. As sentenças foram codificadas manualmente em 3 categorias de valência: negativas, neutras e positivas. Uma vez que a sessão contou com grande audiência, num momento de intensas manifestações civis no país, as falas dos parlamentares manifestaram-se em um microcosmos de afetos políticos. Com isso, constitui-se um cenário ideal para mensurar a precisão de métodos de classificação de sentimentos.

Para construção dos modelos, utilizou-se como referência o trabalho de [Machado, Pardo e Ruiz \(2018\)](#), os quais propõem estratégias de otimização no uso de dicionário léxicos em problemas de classificação⁴. O desempenho de cada experimento pode ser visualizado na Tabela 1. As métricas de Precisão Ponderada e Recall Ponderado⁵ indicam que o ReLi possuiu melhor desempenho individual, porém a combinação das classificações geradas por ReLi, LIWC e OpLexicon apresentou os melhores resultados⁶. O modelo adotado, com isso, apresenta métricas satisfatórias – para uma classificação de 3 classes – e assegura uma estimativa válida para a valência de falas proferidas por agentes políticos.

⁴ [Machado, Pardo e Ruiz \(2018\)](#) definem estratégias que implicam em ganhos significativos de desempenho na classificação. A primeira delas consiste no uso de advérbios de negação como identificadores de pontos de inversão da valência de um atributo. Nos exemplos “*Não! Ele é honesto*” e “*Ele não é honesto!*”, a referência a honestidade possui pesos opostos que são demarcados pela posição do termo ‘não’ na frase. Outra contribuição importante envolve os métodos de combinação de dicionários léxicos. Tanto nos experimentos realizados pelos autores como nos realizados neste trabalho, a opção por ordem de uso das predições implicou em resultados significativos diferentes.

⁵ As métricas de Precisão e Recall significam, respectivamente, a taxa de acertos do classificador – positivos verdadeiros sobre positivos assinalados – e a taxa de cobertura da classificações – positivos assinalados sobre positivos verdadeiros.

⁶ A combinação toma a predição do LIWC para a classe negativa, a predição do ReLi para a classe neutra e do OpLexicon, para a positiva.

Tabela 1 - Desempenho de Modelos de Classificação de Sentimentos

Léxicos	Precisão Ponderada	Recall Ponderado
ReLi	0.54	0.58
LIWC	0.58	0.47
OpLexicon	0.53	0.50
SentiLex	0.54	0.54
ReLi + LIWC + OpLexicon	0.59	0.59

Fonte: elaboração do autor

Nota: O pré-processamento das declarações de voto dos Deputados incluiu, como etapa adicional, o particionamento do texto das falas em frases. Com isso, ao todo foram classificadas e avaliadas 1506 sentenças.

Se por um lado o modelo de classificação de sentimentos resolve o problema da estimação de adesão e rejeição aos Valores Autoritários, por outro, é necessário definir uma estratégia metodológica para estimar a Valência do escopo das sentenças. Conforme argumentou-se, uma das estratégias discursivas de manifestação de posicionamentos consiste no uso de enquadramento, no qual uma Entidade é mencionada num contexto povoado de valência sem que a ela sejam expressos sentimentos diretamente.

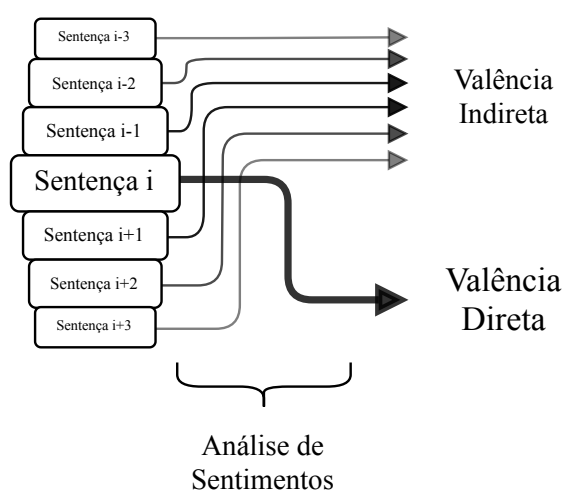
Tradicionalmente, as soluções apresentadas na literatura para identificação de contexto são os modelos de tópicos, que consistem em uma família de técnicas estatísticas de clusterização de texto baseado na co-ocorrência de palavras. Entre as técnicas mais populares na literatura está o LDA (*Latent Dirichlet allocation*), que conta com implementações para as ferramentas mais utilizadas pelas comunidade. Proposto por [Blei, Ng e Jordan \(2003\)](#), para identificação de tópicos, trata-se de um algoritmo não-supervisionado – que portanto não necessita ser estritamente especificado – que toma documentos como o produto da geração de palavras por k tópicos e possui como *output* listas de termos representativos para cada conjunto. Entre as premissas do modelo estão:

- A distribuição da ocorrência de termos constitui uma variável latente para temas e tópicos em um texto.
- A frequência das palavras nas sentenças segue uma distribuição *Poisson*.
- A probabilidade associada ao pertencimento de um tópico está associado a uma variável aleatória de distribuição *Dirichlet* de dimensão k .
- Tópicos identificados no LDA possuem a propriedade estatística de permutabilidade, ou seja, são independentes entre si em cada documento.

Com relação a suas aplicações práticas, há uma extensa literatura que se dedica a extração de tópicos de discursos políticos como forma de identificar os principais temas de debate, posicionar partidos e organizações em relação a saliência temática e construir *features* textuais que descrevam a atividade parlamentar (CHEN et al., 2010; FANG et al., 2012; BALASUBRAMANYAN et al., 2012, 2012; COHEN; RUTHS, 2013; SONG; KIM; JEONG, 2014; LEVY; FRANKLIN, 2014; ATTEVELDT et al., 2014; ZIRN; STUCKENSCHMIDT, 2014; BATISTA; VIEIRA, 2016). No que diz respeito ao número de tópicos estimados, os autores variam na adoção de 8 até 500 componentes. Porém, as investigações que optaram por menor número de parâmetros obtiveram, em média, resultados mais verossímeis, ao passo que a identificação de muitos tópicos implicou em perda de similitude com codificações manuais.

Todavia, apesar do LDA oferecer uma forma de identificar grandes escopos de significado em um discurso, por outro, apresenta problemas de implementação. Uma vez que trata-se de algoritmo não-supervisionado, é bastante sensível ao *corpus* textual utilizado na classificação. Outro ponto de limitação são os seus elevados custos computais para sua execução em grandes bases de dados. Além disso, pela hipótese de permutabilidade, um mesmo conjunto de termos pode compor mais de um tópico, dificultando sua identificação. Por fim, conforme a argumentação da seção anterior, ilustrada pela Figura 3, a composição do contexto de menção de uma Entidade envolve elementos que circundam sua ocorrência, uma vez que sentenças são temporalmente correlacionadas.

Figura 5 – Diagrama da Estimação dos Componentes da Valência



Fonte: elaboração do autor

Diante das limitações do LDA, como estratégia alternativa para mensurar o componente de Valência Indireta, foi adotado um procedimento de estimação baseado na correlação textual entre as sentenças. Uma vez que expressões textuais estão temporalmente associadas e possuem uma ordenação que constitui seu sentido – as expressões *viver para*

trabalhar e *trabalhar para viver* possuem os mesmo termos, mas sentido distintos, por exemplo – tomou-se o conjunto das 6 sentenças mais próximas da ocorrência de menção à Entidade – as 3 sentenças que a precedem e as 3 sentenças que a sucedem – como escopo de enquadramento.

Na Figura 5 é possível visualizar o digrama de estimação dos componentes de Valência Indireta – que advém do contexto de enquadramento e que corresponde ao parâmetro γ da Equação 3.3 – e de Valência Direta – que é extraído diretamente da sentença em que a Entidade é mencionada e que corresponde ao parâmetro β da Equação 3.3. Assume-se que os limites de 3 sentenças posteriores e anteriores concentram a maior parte da correlação textual existente em discursos e que, se por um lado não são capazes de detectar analogias sutis, por outro, mensuram as porções de intencionalidade mais marcantes e assertivas do discurso.

De maneira sintética, os procedimentos de estimação do indicador de RWA proposto envolvem 2 etapas: 1) a estimação dos parâmetros da escala de Valores Autoritários para o indivíduo e 2) o cálculo final do RWA tomando a informação a priori e a resultante da escala de Valores Autoritários. Na primeira etapa são mensuradas as Valência da sentença de ocorrência e das sentenças vizinhas e da cada conjunto de raízes de Entidades Autoritárias – conforme especifica o Quadro 1. Depois, esses resultados compõem os parâmetros da escala – quantidade de Valores em que o agente se posicionou e quantidade de Valores com os quais manifestou adesão. Por fim, na segunda etapa, esses parâmetros são utilizados para restringir a distribuição a priori de RWA. E é a esperança condicional da distribuição a posteriori que corresponde ao valor de RWA estimado, conforme a Equação 3.7.

5 Prova de Mensuração

5.1 Introdução

A combinação de um passado autoritário recente, um resultado eleitoral que levou a presidência um candidato com plataforma de campanha fortemente marcada por traços iliberais (HUNTER; POWER, 2019) e um sistema político de grandes dimensões tornam o Brasil um candidato para a investigação da expressão de autoritarismo em grandes grupos.

Ao longo dos últimos anos, representantes políticos que estabelecem identidade de campanha baseada na memória do regime militar ou no passado profissional como membros das forças de repressão do Estado têm angariado cada vez mais espaço nos pleitos eleitorais (BERLATTO; CODATO, 2015; BERLATTO; CODATO; BOLOGNESI, 2016). A trajetória de crescimento do seu desempenho é precipitada ainda por eventos que aumentam a saliência da questão de segurança, como os ataques do PCC em 2006. Consistente oposição aos direitos humanos, filiação a partidos pequenos, defesa combativa do crime e enrijecimento das formas de controle social são elementos característicos do conteúdo da sua atuação (BERLATTO; CODATO, 2015; BERLATTO; CODATO; BOLOGNESI, 2016; FAGANELLO, 2015; FAGANELLO, 2017).

Do ponto de vista das tentativas de identificação do fenômeno, a literatura angaria uma variedade de critérios de classificação que captam, em maior ou menor medida, traços autoritários típicos de alguns grupos de representantes. Candidatos das Forças de Repressão do Estado e Políticos das Forças de Segurança são duas tipologias utilizadas para identificar, entre candidatos e parlamentares, aqueles indivíduos que estão comprometidos com a narrativa de corporações militares e policiais (BERLATTO; CODATO, 2015; BERLATTO; CODATO; BOLOGNESI, 2016). Já a Bancada da Bala refere-se a uma agremiação informal de parlamentares que fazem *lobby* para indústria armamentista e tendem a compor um conjunto de forças conservadoras nas câmaras estaduais e federal (FAGANELLO, 2015; FAGANELLO, 2017).

Além de Políticos das Forças de Segurança, congregações religiosas têm ganhado espaço no parlamento, em grande medida favorecidas por uma expansão do protestantismo no Brasil, e consolidada sua representação com base em pautas morais e uma associação cada vez mais estreita com formas dogmáticas de governo (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015; CUNHA, 2016). Cunha (2016) argumenta que houve, a partir dos anos 2000, um processo de transformação da cultura evangélica que cristalizou a politização de seus fiéis, instalando componentes ideológicos à direita do espectro político em seus imaginários. Como consequência, o eleitorado evangélico apresenta maior propensão ao

voto corporativista (NETTO; SPECK, 2017).

Em paralelo ao ganho de visibilidade de parlamentares evangélicos está o fato de que grupos políticos constituídos em torno do agronegócio, da mineração e da continuidade de dinastias políticas concentram uma porção expressiva de parlamentares na Câmara dos Deputados no Brasil (Agência Pública, 2016). De fato, entre o pertencimento a famílias com passagem na política é um grande preditor de sucesso eleitoral e, entre os parlamentares mais jovens, os vínculos tendem a ser ainda mais intensos (OLIVEIRA, 2016). Assim como os membros das Forças de Segurança e os Políticos Evangélicos, infere-se, com bases nas expectativas da literatura, discutida na seção 2.4, que setores produtivos primários e grupos familistas concentram maiores valores de RWA, em grande medida porque suas bases eleitorais espelham as condições para gênese do autoritarismo.

Em um espectro de estudos transversal, há trabalhos que utilizam discursos de candidatos e parlamentares como fonte para fazer inferências sobre posicionamentos relativos à questão agrária e indígena (XAVIER, 2015), direitos reprodutivos (MIGUEL; SANTOS, 2017; SANTOS, 2017), sexualidade (MACHADO, 2013; LACERDA, 2016) e religiosidade (GONÇALVES, 2016). Nessas investigações, conclusões acerca dos valores de tolerância e republicanismo adjacentes as falas compõem um mapa em formação das atitudes democráticas entre os representantes políticos. Contudo, nem todos os Políticos das Forças de Segurança, Candidatos das Forças de Repressão do Estado ou da Bancada da Bala, tal como Evangélicos, Ruralistas e Familistas, se opõem aos princípios democráticos, por vezes se limitam ao comportamento corporativista. Além disso, uma observação segmentada das falas impede a construção de índices de preconceito generalizado.

Nas seções a seguir, serão detalhados os passos da construção de indicadores de RWA para os parlamentares brasileiros, a partir de suas falas, conforme os pressupostos e especificações definidas nas seções anteriores. Por fim, serão replicados testes para verificar as expectativas da literatura quanto aos parlamentares que tendem a expressar maior adesão à valores autoritários.

5.2 Coletando e Organizando Dados

Como forma de ampliar a transparência entre as atividades do plenário e os cidadãos, a Câmara dos Deputados possui o serviço de Dados Abertos, que conta com uma API de consulta pública, possibilitando a extração de dados de Blocos, Deputados, Eventos, Frentes, Legislaturas, Partidos, Proposições, Referências, Votações e Órgãos. A iniciativa, lançada em 2017 em consonância com a Lei de Acesso à Informação de 2011, permite o acesso fácil e o consumo em larga escala dos produtos do trabalho de transcrição e catalogação do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

No que diz respeito a velocidade de coleta, a documentação da API consta que, no

período de 6:00 às 23:59, o Portal aceita 90 requisições por minuto e, das 00:00 às 5:59, 300. Foi por meio da API que os grandes volumes de dados de discursos de parlamentares foram extraídos de forma otimizada, utilizando *framework* de raspagem de dados assíncrona. No período de elaboração dessa dissertação, as transcrições dos discursos realizados no plenário estavam disponíveis a partir dos anos 2000. Com isso, foi possível processar as falas proferidas entre a segunda metade da 51^a legislatura e meados da 56^a, permitindo a observação longitudinal de mais de 20 anos de atividade da Câmara dos Deputados, identificando de traços atitudinais em oradores que se manifestaram em pelo menos uma das seções.

Tabela 2 - Estatísticas de Oradores por Legislatura

	51*	52	53	54	55	56**	Total
Deputados	642	629	646	671	633	545	3766
Oradores	563	604	595	631	604	508	3556
Discursos	31377	77458	83629	83468	88265	24974	389171

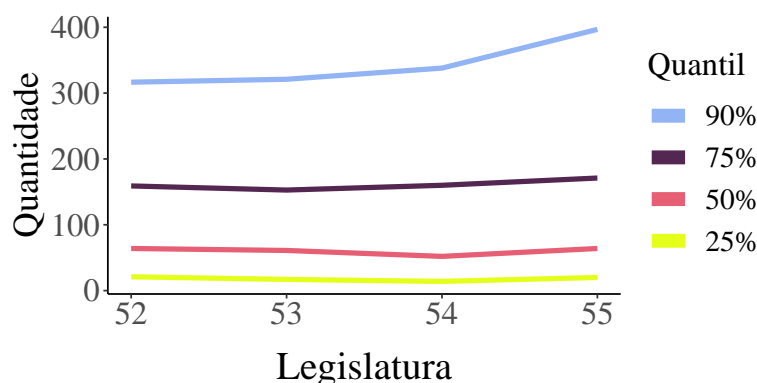
* : dados coletados a partir de Janeiro de 2000; ** : dados coletados até Maio de 2020.

Na Tabela 2 é possível observar, em cada uma das legislaturas, o número de Deputados ativos – contanto com eleitos e suplentes que assumiram o mandato em algum momento – o número de Oradores – Deputados ativos que realizaram ao menos algum discurso em alguma das seções – e o volume de Discursos realizados. Descartando as legislaturas 51 e 56, por apresentarem dados restritos, é possível observar um movimento de crescimento da quantidade de discursos que não é acompanhado pelas flutuações no número de oradores. No total, ao longo do período de coleta, 389.171 discursos foram realizados por 3505 parlamentares¹.

Ainda no que diz respeito a tendência de ampliação do uso do espaço de fala, a Tabela 2 oferece indícios para inferir que esse processo decorre da concentração de pronunciamentos em uma porção restrita de parlamentares. A despeito das flutuações nos valores da mediana, os quantis mais elevados de frequência têm seus valores ampliados ao longo da série histórica. Essa dinâmica acentua um fato documentado pela literatura, e reforçado pela Figura 6, de que uma minoria de Deputados concentra grande espaço nos pronunciamentos do plenário (MOREIRA, 2016). Em todas as legislatura, é possível identificar uma distribuição de hiper-concentrada nos valores mais baixos e uma longa calda onde estão incluídos os parlamentares mais comunicativos.

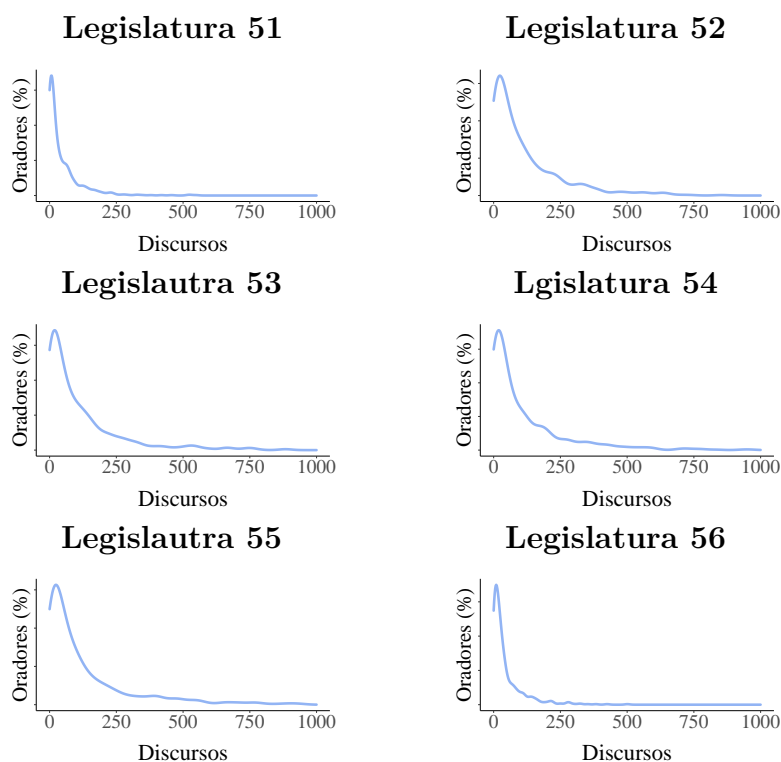
¹ É importante ressaltar que, seguindo a estratégia metodológica de Moreira (2016), são considerados registros múltiplos em caso de indivíduos que foram eleitos para legislaturas distintas. Ou seja, um parlamentar é contado uma vez por legislatura para qual elegeu-se.

Figura 6 – Quantis da Frequência de Realização de Discursos por Legislatura



Fonte: elaboração do autor

Figura 7 – Distribuição da Realização de Discursos por Legislatura



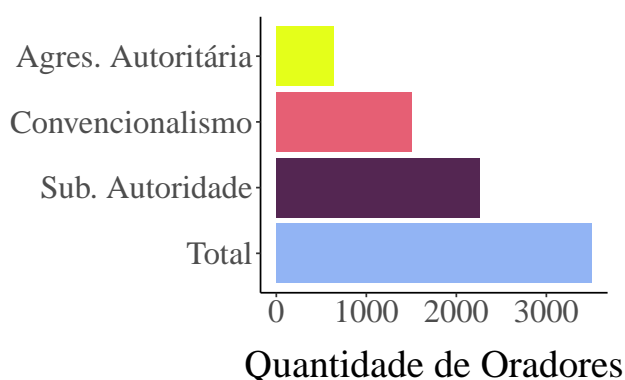
Fonte: elaboração do autor

Nota: O limite das abcissas dos gráficos foi fixado com o propósito de facilitar a visualização. Os pontos de máximo para as legislaturas são: 1186, 51; 2383, 52; 5965, 53; 2268, 54; 1829, 55 e 501, 56.

Além de observar a frequência de pronunciamentos parlamentares, para a estimação do indicador de RWA proposto, é necessário observar a ocorrência de raízes de palavras que mapeiam cada uma das dimensões do autoritarismo, conforme foi especificado no Quadro 1. Na Figura 8 é possível observar que a quantidade de parlamentares que mencionaram

em seus discursos termos pertencentes a cada dimensão. É importante ressaltar que o gráfico não representa os valores de Submissão à Autoridade, Agressividade Autoritária e Convencionalismo em si, mas a ocorrência de termos que tornam possível estimar o posicionamento latente do parlamentar em relação aos Valores Autoritários.

Figura 8 – Quantidade de Oradores por Dimensão de RWA



Fonte: elaboração do autor

Nota: Os valores do número máximo de discursos com menções a raízes que compõem as dimensões do RWA entre parlamentares são, respectivamente: Submissão à Autoridade, 2232; Convencionalismo, 1455; Agressividade Autoritária, 537.

Ainda sobre a Figura 8, pode-se constatar que, do total de 3505 oradores identificados entre as legislaturas 51 e 56, 2260 – 64% – fizeram referência a termos que compõem dimensão de Submissão à Autoridade, 1506 – 42%, à Convencionalismo e 637 – 18%, à Agressividade Autoritária. Os números refletem a saliência dos subcomponentes de cada dimensão. Enquanto Ufanismo e Radicalismo Religioso são tópicos populares – tanto em manifestações favoráveis ou contrárias – o Punitivismo, Patriarcalismo e Rejeição à Diversidade representam pautas restritas, ligadas a agenda de um número relativamente pequeno de parlamentares. Considerando todas as dimensões, apenas 40 – 1,1% – oradores se manifestaram sobre todas os componentes do RWA, reforçando o fato de que a informação atitudinal obtida por meio de dados textuais carrega as características de um fenômeno latente e parcialmente observado.

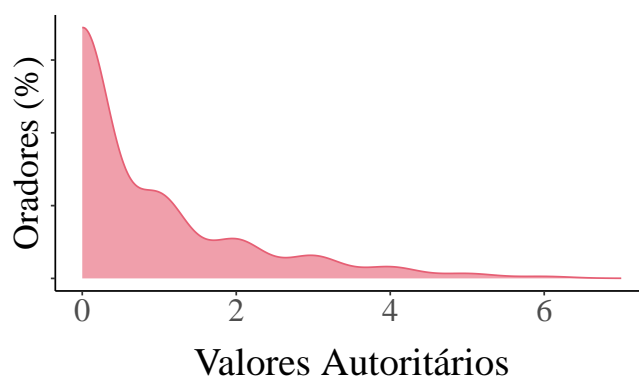
Na seção seguinte, serão apresentados os procedimentos para estimativa de RWA entre parlamentares brasileiros a partir dos seus pronunciamentos no plenário da Câmara dos Deputados.

5.3 Estimando Autoritarismo entre Deputados

Observando a distribuição da Escala de Valores Autoritários, a qual mensura a quantidade de Valores Autoritários com os quais um indivíduo manifestou adesão, é possível

constar às expectativas quanto a sua esparsidade. Na Figura 9 constata-se que, apesar de um pouco menos da metade – 42% – dos oradores da Câmara dos Deputados terem manifestado adesão por pelo menos um dos valores, apenas em uma fração reduzida dos casos parlamentares pontuaram elevados valores na escala. De fato, nenhum dos agentes analisados alcançou o valor máximo da escala, 8, e apenas um único indivíduo conseguiu atingir a marca de 7 pontos.

Figura 9 – Distribuição da Escala de Valores Autoritários



Fonte: elaboração do autor

O lugar de destaque infeliz na escala é ocupado pelo Deputado Federal André Moura, líder do PSC. Em sua trajetória, o parlamentar apresenta uma defesa intransigente da Igreja Evangélica e das corporações policiais, para os quais dedica boa parte de sua atividade como legislador. Diversas proposições e falas na Câmara reforçam seu apoio incondicional à greves de agentes de segurança, aumento salários e de efetivo. Em paralelo, o Deputado se mobilizou ativamente contra mudanças na legislação que assinalavam divergências com instituições tradicionais. Em 2013, liderou o impetramento de mandado de segurança contra o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo.

No dia 5 de Junho de 2013, na ocasião de uma manifestação “em defesa da família tradicional, da liberdade de expressão e de culto” em frente ao Congresso, declarou:

Esse evento é organizado pelo segmento evangélico do País. Todas as igrejas do segmento evangélico se reuniram para realizar esse evento e, acima de tudo, para demonstrar a posição das famílias em defesa dos princípios cristãos, em defesa da família brasileira, que é o alicerce principal do nosso País.[...] Com a participação de milhares de pessoas, podemos ouvir a manifestação de apoio [...] aos princípios cristãos, a família e o cidadão.

As manifestações de RWA realizadas pelo parlamentar podem ainda ser observadas a partir da conjugação de valores Convencionalistas e de Agressividade Autoritária.

Em discurso realizado do dia 2 de Agosto de 2011, apresentou proposta de redução da maioria penal para 16 anos como forma controle da criminalidade. Como efeito esperado da medida, assinalou que por causa do enrijecimento da punição, jovens teriam seu ingresso na vida do crime contido por causa da ampliação do medo de ser pego. Já em 17 de Dezembro de 2013, apresentou proposta da obrigatoriedade do trabalho para detentos. Como defesa da proposta, o parlamentar argumentou:

Naturalmente, o PL 4.853, de 2012, de nossa autoria, não resolve todos os problemas do sistema prisional brasileiro. Porém, tem como grande apelo proporcionar aos condenados pela Justiça a oportunidade de encarar a pena com esforço digno, que lhes remunera e os resgata do crime, pois esta é a grande virtude do trabalho honesto: elevar a autoestima do homem.

A conjugação de penas mais duras e o trabalho como instrumento de dignificação do humano reforçam, simultaneamente, a narrativa de que a integridade do tecido social depende de uma dupla agência que envolve a submissão às autoridades e ao lugar social de força produtiva e do reforço da punição como método de castração de impulsos desviantes.

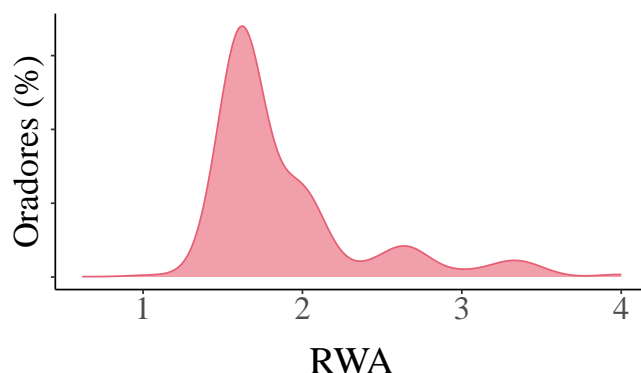
Na Figura 10 é possível visualizar a distribuição do RWA estimado para os 3505 Oradores ao longo das legislaturas 51 até 56. Segundo essa escala, o valor médio do RWA para os Deputados brasileiros é 1.87, levemente superior a média da distribuição a priori, porém a diferença não é estatisticamente significativa². Ao longo das legislaturas, a média variou de maneira sutil entre 2, valor máximo atingido na legislatura 53, e 1.78, valor mínimo atingido na legislatura 56.

A conjugação de baixas variações na média, distribuição bem menos concentrada nos valores menores e o fato de que em toda a série histórica nenhum parlamentar superou os 4 pontos na escala de RWA sugerem que o autoritarismo manifesto na Câmara dos Deputados ao longo dos últimos 20 anos é consideravelmente mais limitado do que na população em geral. Em comparação a Figura 1, não é possível observar a existência de uma longa cauda que comporta super radicais de extrema-direita, os quais tendem a compor bolhas autoritárias.

Apesar o processo relativamente contínuo, um apontamento relevante sobre a dinâmica de expressão de valores autoritários é no que diz respeito a dispersão atitudinal, há uma variação considerável entre algumas das legislaturas. Como é possível constatar na Figura 11, entre as legislaturas 51 e 53 há um achatamento das curvas, indicando um aumento na variabilidade de posicionamentos. A partir de então, a distribuição volta, paulatinamente, a se concentrar. Comparando o desvio-padrão das distribuições, a legislatura 53 é 27% mais dispersa que a 51 e 37% mais dispersa que a 56.

² A média da distribuição a priori é 1.62, 0.25 pontos abaixo do RWA dos Deputados brasileiros, indicando, portanto, uma diferença de aproximadamente meio desvio padrão.

Figura 10 – Distribuição da Escala Alternativa de RWA



Fonte: elaboração do autor

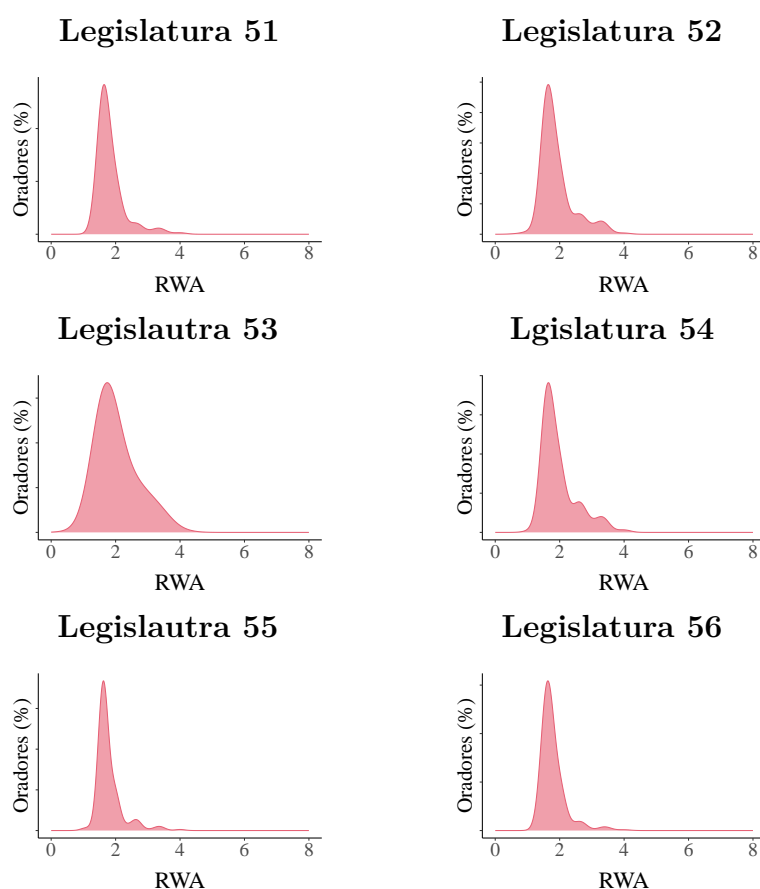
Sobre esse padrão, é possível identificar na literatura um grande número de referências ao crescimento da Bancada Evangélica na primeira décadas do século XXI. De forma menos consistente, algumas evidências sugerem, para as últimas legislaturas, redução da saliência do conservadorismo moral e uma conversão à direita do espectro político. Ainda sim, não é possível afirmar com clareza que as variações na dispersão dos valores de RWA se devem a movimentos endógenos de Bancadas e Frentes Parlamentares.

5.4 Avaliando Autoritarismo por Segmentos de Parlamentares

Conforme foi discutido, a manifestação de RWA é condicionada por características individuais. Apesar da ausência de variações significativas na expressão de atitudes autoritárias ao longo das legislaturas, é possível identificar segmentos de parlamentares que concentram maior número de indícios de comportamento anti-democrático. Mesmo que constituam um grupo pequeno em meio a população de parlamentares que já passaram pela Câmara, pastores evangélicos e ex-membros das Forças de Segurança – militares e policiais – destacam-se nos top 10 de oradores com maiores valores no indicador de autoritarismo. 5 dos 10 lugares – 2 deles por pastores e 3 por militares – são ocupados por esses tipos de representantes.

Uma ressalva importante é que as categorias de Políticos da Segurança e Políticos Evangélicos fazem referência ao uso, pelos parlamentares, de identificadores que possibilitam estabelecer a conexão entre suas candidaturas e as entidades que sugerem representar. Em sua investigação sobre o desempenho eleitoral de Candidatos das Forças Repressivas do Estado, Berlatto, Codato e Bolognesi [Berlatto e Codato \(2015\)](#), [Berlatto, Codato e Bolognesi \(2016\)](#) adotaram como critério de classificação a origem profissional. Contudo, a estratégia utilizada pelos autores deixa de fora alguns grandes casos de deputados que possuem passado profissional na polícia ou no exército, mas que, por estarem afastados há

Figura 11 – Distribuição da Escala Alternativa de RWA por Legislatura



Fonte: elaboração do autor

Nota: Os desvios-padrão para cada legislatura correspondem, respectivamente, a: 0.43, 51; 0.50, 52; 0.59, 53; 0.54, 54; 0.40, 55 e 0.37, 56.

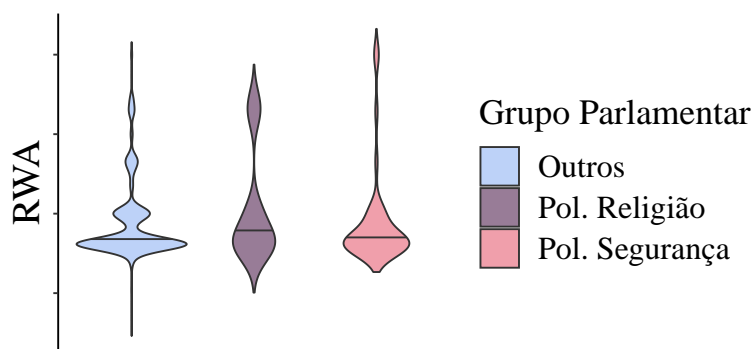
algum tempo, declararam outra ocupação, vide exemplo do Coronel Chrisóstomo, eleito na legislatura 56 pelo estado de Rondônia, com uma plataforma de campanha militarista e anti-imigratória.

A alternativa adotada para contornar o problema, que se estende para o caso de Políticos Evangélicos, foi utilizar acrescentar a presença de termos que remetam a hierarquia policial ou militar, tal como designações religiosas, no nome de urna dos candidatos aos critérios de classificação. Essa solução metodológica replica a implementação realizada por Netto e Speck (2017), nos quais os autores utilizaram a classificação baseada no nome de urna como atalho para candidatos evangélicos e mensurar o efeito do pertencimento à corporação religiosa no sucesso eleitoral.

Explorando as especificidades dessa dinâmica, na Figura 12 é possível observar que, em comparação àqueles que possuem outras ocupações, Políticos Evangélicos apresentam média superior de RWA, indicando que há maior tendência de expressão de autoritarismo entre os integrantes do grupo. Já em relação aos Políticos da Segurança, apresentam

média semelhante aos outros Deputados e apenas no quantil de 95% pode-se apontar uma concentração relativa maior. Ou seja, enquanto que Políticos Evangélicos aparecem com valores de RWA sistematicamente maiores, Políticos da Segurança destacam-se apenas entre os super-autoritários.

Figura 12 – Distribuição da Escala Alternativa de RWA por Grupo de Parlamentares



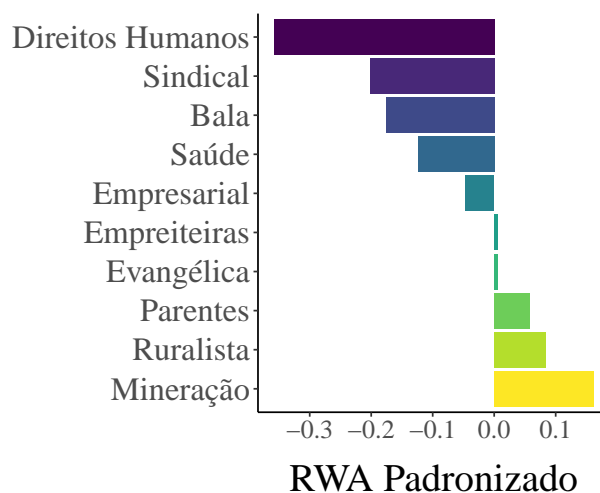
Fonte: elaboração do autor

Tomando como referencial o trabalho de mapeamento da [Agência Pública \(2016\)](#), a qual identificou os Deputados em exercício do mandato que integravam as 11 bancadas mais poderosas do Congresso no período da legislatura 55, a Figura 13 apresenta os valores padronizados de RWA por bancada. Conforme as expectativas, os parlamentares que integram a pauta dos Direitos Humanos apresentam os menores níveis de autoritarismo, com 0.35 desvios-padrão abaixo da média. O grupo é seguido pela bancada Sindical, com o qual compartilha o posicionamento à esquerda do espectro político.

Um dos destaques no gráfico se deve a posição relativa das bancadas da Bala e Evangélica. A duas são apontadas pela literatura como grupos preponderantes na manifestação de conservadorismo moral e demandas repressivas no campo da segurança pública, mas que, na distribuição, concentraram-se na parte média da escala. Outro ponto relevante é o fato de que os grupos dos parlamentares familistas e associados à atividades do setor primário, assinalados, respectivamente, pela bancada dos Parentes, Ruralistas e Mineradores (os dois últimos representam agremiações de produtores de commodities), sobrepuseram à média em 0.05, 0.08 e 0.15 desvios-padrão, ocupando o espaço mais autoritário na escala.

Os resultados contraintuitivos em relação aos Políticos da Segurança, que a priori poderiam ser interpretados como a rejeição da hipótese sobre a relação entre violência e autoritarismo, sugerem, sobretudo, limitações do indicador alternativo de RWA. As duas principais suspeitas quanto as fontes de ruído são: i) má identificação das Raízes textuais associadas às falas sobre o fenômeno explicitada no Quadro 1 e ii) estimação inadequada da

Figura 13 – Distribuição da Escala Alternativa de RWA por Bancadas



Fonte: elaboração do autor

Escala de Valores Autoritários, que é sensível a vieses presentes no modelo de identificação da polaridade das sentenças. Ou seja, a melhora na precisão do indicador alternativo de RWA, proposto nessa dissertação, passa por uma análise mais acurada da semântica e das formas de manifestação de adesão em discursos que envolvem valores de Punitivismo.

Como síntese dos resultados apresentados, pode-se estabelecer que: i) o indicador proposto nesta dissertação apresenta limitações, mas apresentou aderência à maioria das expectativas da literatura que se utiliza das escalas usuais (F e RWA); ii) a média de autoritarismo não variou significativamente ao longo das legislaturas no Brasil, indicando que trata-se de um fenômeno estável no longo prazo; iii) essa estabilidade, contudo, é complexificada pelo fato de que algumas legislaturas apresentam grandes variações na dispersão de RWA entre os Deputados, o que sugere a possibilidade de polarização parlamentar em torno de pautas democráticas; iv) a composição representativa é um elemento de forte segmentação de políticos por grau de adesão à democracia, uma vez que grupos de parlamentares podem apresentar tendências opostas quanto à propensão à manifestação de atitudes autoritárias.

6 Conclusão

Apesar da crescente relevância, as pesquisas que investigam a manifestação de autoritarismo entre representantes democraticamente eleitos conta com ferramentas limitadas. Isso se deve, em grande medida, ao fato de que o acesso a elites políticas é restrito e, por isso, os custos da coleta de dados é elevado. Longe de se valerem da precisão dos instrumentos tradicionais da psicologia política, extensamente validados por meio das escalas F e RWA, propostas por [Adorno et al. \(1950\)](#) e [Altemeyer \(1981\)](#), essas iniciativas tendem a recorrer a heurísticas ou recortes no objeto de pesquisa que permitam a observação do fenômenos por meio da análise de trajetória política.

Como solução para essa lacuna, nesta dissertação foi apresentado um indicador alternativo de autoritarismo, construído a partir da análise automatizada de conteúdo de discursos realizados por agentes políticos, capaz de gerar, de forma escalável, informações sobre as atitudes políticas de grandes grupos de parlamentares. O indicador, que atinge a representatividade no nível individual, permite a observação de manifestações sutis de autoritarismo, quando ainda não atingiram grande magnitude ou tornaram-se perigosas. Com isso, possibilita antecipar a emergência de movimentos autoritários, usualmente precedidos por um longo processo de transformação.

Além disso, a empreitada de elaboração do indicador representa mais uma das aplicações no campo de *Text as Data*, as quais têm ganhado cada vez mais espaço na Ciência Política. Para sua aplicação, são necessários poucos recursos, dado que os algoritmos de Processamento de Linguagem Natural e Análise de Sentimentos são agonísticos quanto à fonte. Ou seja, com o método proposto, é possível mensurar autoritarismo a partir de declarações realizadas em Redes Sociais ou mesmo em extrações de áudio e vídeo. Essa versatilidade proporciona uma redução dos custos das investigações sobre o tema, propiciando uma produção ainda mais fértil de pesquisas.

Do ponto de vista das especificidades da medida, o indicador busca assegurar dois pressupostos: i) aderência a escala RWA, proposta por [Altemeyer \(1981\)](#) e ii) consistência, apesar do viés de omissão ao qual discursos políticos usualmente estão associados. Dado que parlamentares utilizam seu tempo de fala de forma a privilegiar as questões que são mais sensíveis a sua representação, pode-se estabelecer que atitudes políticas são uma dimensão latente nas falas. Com isso, para garantir robustez ao indicador, no processo de estimação é utilizado inferência bayesiana – tomando como priori a distribuição de RWA gerada pelas respostas ao questionário original de [Altemeyer \(1981\)](#), e como verossimilhança, a Escala de Valores Autoritários, construída a partir da extração de variáveis textuais – com o propósito de gerar uma posteriori que respeite os pressupostos.

Por fim, como forma de validar o indicador alternativo de RWA proposto, algumas expectativas da literatura foram retestadas tomando como base os parlamentares da Câmara dos Deputados no Brasil. Para isso, foram extraídos discursos realizados entre Janeiro de 2000 até Maio de 2020 no plenário e mensurados os valores de autoritarismo de 3556 indivíduos. Quanto as hipóteses avaliadas, foram observados se parlamentares i) das Forças de Segurança, ii) representantes de Congregações Religiosas e iii) associados a produção de *commodities* apresentavam maior expressão de autoritarismo que a média dos Deputados.

Os resultados apresentaram correspondência parcial com as expectativas da literatura e 2 das 3 hipóteses foram confirmadas. Esses indicativos reforçam a proposição de que o indicador é aderente às medidas tradicionais e extensamente validadas da literatura. Ainda sim, há limitações quanto à identificação de adesão ao Punitivismo, dado que Políticos das Forças de Segurança apresentaram valores de RWA próximo da média de outros parlamentares. Dessa forma, pode-se concluir que, apesar de não resolver de forma definitiva os problemas enfrentados por pesquisas sobre autoritarismo na política, o indicador oferece um bom ponto de partida para novas explorações no campo de pesquisa.

Referências

- ACHEN, C. H.; BARTELS, L. M. *Democracy for realists: Why elections do not produce responsive government*. [S.l.]: Princeton University Press, 2017. v. 4. Citado na página 39.
- ADAMS, J. et al. When candidates value good character: A spatial model with applications to congressional elections. *The Journal of Politics*, Cambridge University Press New York, USA, v. 73, n. 1, p. 17–30, 2011. Citado na página 33.
- ADORNO, T. W. et al. *The authoritarian personality*. [S.l.]: Harper New York, 1950. Citado 5 vezes nas páginas 21, 27, 33, 46 e 71.
- Agência Pública. *Congresso em Foco: Conheça as 11 bancadas mais poderosas da Câmara*. 2016. [Online; publicado em 19-Fevereiro-2016]. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/conheca-as-11-bancadas-mais-poderosas-da-camara/>>. Citado 2 vezes nas páginas 60 e 68.
- ALEXANDER, A. C.; WELZEL, C. The myth of deconsolidation: Rising liberalism and the populist reaction. *Journal of Democracy Web Exchange*, 2017. Citado na página 30.
- ALTEMEYER, B. *Right-wing authoritarianism*. [S.l.]: University of Manitoba press, 1981. Citado 4 vezes nas páginas 21, 28, 46 e 71.
- ALTEMEYER, B. *The authoritarians*. [S.l.]: University of Manitoba Press, 2006. Citado 3 vezes nas páginas 29, 34 e 45.
- ALTEMEYER, R. A.; ALTEMEYER, B. *The authoritarian specter*. [S.l.]: Harvard University Press, 1996. Citado na página 21.
- ANDREADIS, I.; RUTH, S. P. Elite surveys. In: *The Ideational Approach to Populism: Concept, Theory, and Analysis*. [S.l.]: Democracy and Extremism Series, Routledge, 2019. p. 112–127. Citado na página 39.
- ANDREADIS, I.; STAVRAKAKIS, Y. European populist parties in government: How well are voters represented? evidence from greece. *Swiss Political Science Review*, Wiley Online Library, v. 23, n. 4, p. 485–508, 2017. Citado na página 39.
- ASBROCK, F.; SIBLEY, C. G.; DUCKITT, J. Right-wing authoritarianism and social dominance orientation and the dimensions of generalized prejudice: A longitudinal test. *European Journal of Personality: Published for the European Association of Personality Psychology*, Wiley Online Library, v. 24, n. 4, p. 324–340, 2010. Citado 2 vezes nas páginas 22 e 29.
- ASLANIDIS, P. Measuring populist discourse with semantic text analysis: an application on grassroots populist mobilization. *Quality & Quantity*, Springer, v. 52, n. 3, p. 1241–1263, 2018. Citado na página 40.
- ATTEVELDT, W. V. et al. Lda models topics.... but what are “topics”. In: *Big data in the social sciences workshop*. [S.l.: s.n.], 2014. Citado na página 57.

- BAKKER, T. C.; SEVENSTER, P. Determinants of dominance in male sticklebacks (gasterosteus aculeatus l.). *Behaviour*, Brill, v. 86, n. 1-2, p. 55–71, 1983. Citado na página 31.
- BALASUBRAMANYAN, R. et al. Modeling polarizing topics: When do different political communities respond differently to the same news? In: *Sixth International AAAI Conference on Weblogs and Social Media*. [S.l.: s.n.], 2012. Citado na página 57.
- BALLARD-ROSA, C. et al. The economic origins of authoritarian values: evidence from local trade shocks in the united kingdom. *Unpublished manuscript, Department of Political Science, University of North Carolina at Chapel Hill*. <https://goo.gl/T6XG3T>, 2017. Citado na página 35.
- BATISTA, M.; VIEIRA, B. Mensurando saliência: uma medida com base em ênfase na agenda legislativa do brasil (1995–2014). *Primeira Versão. Manuscrito apresentado para X ABCP*, 2016. Citado 2 vezes nas páginas 40 e 57.
- BAUER, M. et al. Can war foster cooperation? *Journal of Economic Perspectives*, v. 30, n. 3, p. 249–74, 2016. Citado na página 34.
- BAUER, M.; FIALA, N.; LEVELY, I. Trusting former rebels: An experimental approach to understanding reintegration after civil war. *The Economic Journal*, Wiley Online Library, v. 128, n. 613, p. 1786–1819, 2018. Citado na página 34.
- BEAUZAMY, B. Discontinuities of extreme-right political actors? overt and covert antisemitism in the contemporary french radical right. In: *Analysing Fascist Discourse: European Fascism in Talk and Text*. [S.l.]: Routledge, 2013. v. 5, p. 163. Citado na página 32.
- BEN-DAVID, A.; MATAMOROS-FERNÁNDEZ, A. Hate speech and covert discrimination on social media: Monitoring the facebook pages of extreme-right political parties in spain. *International Journal of Communication*, USC Annenberg Center, v. 10, p. 1167–1193, 2016. Citado na página 32.
- BENJAMIN, A. J. The relationship between right-wing authoritarianism and attitudes toward violence: Further validation of the attitudes toward violence scale. *Social Behavior and Personality: an international journal*, Scientific Journal Publishers, v. 34, n. 8, p. 923–926, 2006. Citado na página 29.
- BERLATTO, F.; CODATO, A. *Candidatos policiais na política nacional: uma análise dos aspirantes a deputado federal*. 2015. Citado 2 vezes nas páginas 59 e 66.
- BERLATTO, F.; CODATO, A.; BOLOGNESI, B. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das forças repressivas de estado à câmara dos deputados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 21, p. 77–120, 2016. Citado 2 vezes nas páginas 59 e 66.
- BERLET, C.; SUNSHINE, S. Rural rage: the roots of right-wing populism in the united states. *The Journal of Peasant Studies*, Taylor & Francis, v. 46, n. 3, p. 480–513, 2019. Citado na página 35.
- BETZ, H.-G.; JOHNSON, C. Against the current—stem ming the tide: the nostalgic ideology of the contemporary radical populist right. In: *The Populist Radical Right*. [S.l.]: Routledge, 2016. p. 86–100. Citado na página 34.

- BLEI, D. M.; NG, A. Y.; JORDAN, M. I. Latent dirichlet allocation. *Journal of machine Learning research*, v. 3, n. Jan, p. 993–1022, 2003. Citado na página 56.
- BOHLIN, L. C. *Determinants of young children's leadership and dominance strategies during play*. Tese (Doutorado) — ProQuest Information & Learning, 2001. Citado na página 31.
- BOLLEN, J.; MAO, H.; PEPE, A. Determining the public mood state by analysis of microblogging posts. In: *ALIFE*. [S.l.: s.n.], 2010. p. 667–668. Citado na página 53.
- BOOTH, J. A.; SELIGSON, M. A. The political culture of authoritarianism in mexico: a reexamination. *Latin American Research Review*, JSTOR, v. 19, n. 1, p. 106–124, 1984. Citado 3 vezes nas páginas 21, 25 e 38.
- BOOTH, J. A.; SELIGSON, M. A. Paths to democracy and the political culture of costa rica, mexico, and nicaragua. *Political culture and democracy in developing countries*, Lynne Rienner Boulder, CO, p. 99–130, 1994. Citado na página 38.
- CAIANI, M. Radical right-wing movements: Who, when, how, and why? *Sociopedia. isa*, p. 1–15, 2017. Citado 2 vezes nas páginas 21 e 38.
- CANUTO, S.; GONÇALVES, M. A.; BENEVENUTO, F. Exploiting new sentiment-based meta-level features for effective sentiment analysis. In: *Proceedings of the ninth ACM international conference on web search and data mining*. [S.l.: s.n.], 2016. p. 53–62. Citado na página 54.
- CARRERAS, M. The impact of criminal violence on regime legitimacy in Latin American. *Latin American Research Review*, Latin American Studies Association, v. 48, n. 3, p. 85–107, 2013. Citado na página 22.
- CARVALHO, P.; SILVA, M. J. Sentilex-pt: Principais características e potencialidades. *Oslo Studies in Language*, v. 7, n. 1, 2015. Citado na página 54.
- CERON, A.; CURINI, L.; IACUS, S. M. First-and second-level agenda setting in the twittersphere: An application to the italian political debate. *Journal of Information Technology & Politics*, Taylor & Francis, v. 13, n. 2, p. 159–174, 2016. Citado na página 40.
- CHASE, I. D. Social process and hierarchy formation in small groups: a comparative perspective. *American Sociological Review*, JSTOR, p. 905–924, 1980. Citado na página 31.
- CHASE, I. D. et al. Individual differences versus social dynamics in the formation of animal dominance hierarchies. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, National Acad Sciences, v. 99, n. 8, p. 5744–5749, 2002. Citado na página 31.
- CHEKROUD, A. M. et al. Cross-trial prediction of treatment outcome in depression: a machine learning approach. *The Lancet Psychiatry*, Elsevier, v. 3, n. 3, p. 243–250, 2016. Citado na página 40.
- CHEN, B. et al. What is an opinion about? exploring political standpoints using opinion scoring model. In: *Twenty-Fourth AAAI Conference on Artificial Intelligence*. [S.l.: s.n.], 2010. Citado na página 57.

- CODATO, A.; BOLOGNESI, B.; ROEDER, K. M. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. *Direita, volver*, p. 115–144, 2015. Citado na página 59.
- COHEN, R.; RUTHS, D. Classifying political orientation on twitter: It's not easy! In: *Seventh International AAAI Conference on Weblogs and Social Media*. [S.l.: s.n.], 2013. Citado na página 57.
- COHRS, J. C. et al. Effects of right-wing authoritarianism and threat from terrorism on restriction of civil liberties. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, Wiley Online Library, v. 5, n. 1, p. 263–276, 2005. Citado na página 34.
- COLEMAN, J. S. *Foundations of social theory*. [S.l.]: Harvard university press, 1994. Citado na página 29.
- CÔTÉ, S. Dominance hierarchies in female mountain goats: stability, aggressiveness and determinants of rank. *Behaviour*, Brill, v. 137, n. 11, p. 1541–1566, 2000. Citado na página 31.
- CUNHA, M. do N. Religião e política: ressonâncias do neoconservadorismo evangélico nas mídias brasileiras. *Perseu: História, Memória e Política*, n. 11, 2016. Citado na página 59.
- CURINI, L. The conditional ideological inducement to campaign on character valence issues in multiparty systems: the case of corruption. *Comparative Political Studies*, Sage Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 48, n. 2, p. 168–192, 2015. Citado 2 vezes nas páginas 33 e 40.
- DACREMA, M. F.; CREMONESI, P.; JANNACH, D. Are we really making much progress? a worrying analysis of recent neural recommendation approaches. In: *Proceedings of the 13th ACM Conference on Recommender Systems*. [S.l.: s.n.], 2019. p. 101–109. Citado na página 41.
- DAVIDSON, T. et al. Automated hate speech detection and the problem of offensive language. In: *Eleventh international aai conference on web and social media*. [S.l.: s.n.], 2017. Citado na página 40.
- DEUTSCH, M. Trust, trustworthiness, and the f scale. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, American Psychological Association, v. 61, n. 1, p. 138, 1960. Citado na página 28.
- DUCKITT, J.; FISHER, K. The impact of social threat on worldview and ideological attitudes. *Political Psychology*, Wiley Online Library, v. 24, n. 1, p. 199–222, 2003. Citado na página 34.
- FAGANELLO, M. A. Bancada da bala: uma onda na maré conservadora. *Direita, volver*, p. 145–161, 2015. Citado na página 59.
- FAGANELLO, M. A. O voto na bancada da bala: estudo de geografia eleitoral na cidade de são paulo (2012/2016). Dissertação de Mestrado, 2017. Citado na página 59.
- FANG, Y. et al. Mining contrastive opinions on political texts using cross-perspective topic model. In: *Proceedings of the fifth ACM international conference on Web search and data mining*. [S.l.: s.n.], 2012. p. 63–72. Citado na página 57.

- FILHO, T. L. de L. et al. Análises interseccionais a partir da raça e da classe: Medo do crime e autoritarismo no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Conselho Federal de Psicologia, v. 38, p. 223–237, 2018. Citado 5 vezes nas páginas 22, 45, 46, 47 e 48.
- FOA, R.; MOUNK, Y. The end of the consolidation paradigm. *Journal of Democracy Web Exchange*, 2017. Citado na página 25.
- FOA, R. S.; MOUNK, Y. The democratic disconnect. *Journal of democracy*, Johns Hopkins University Press, v. 27, n. 3, p. 5–17, 2016. Citado na página 25.
- FOA, R. S.; MOUNK, Y. The signs of deconsolidation. *Journal of Democracy*, Johns Hopkins University Press, v. 28, n. 1, p. 5–15, 2017. Citado na página 25.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Medo da Violência e o Apoio ao Autoritarismo no Brasil*. São Paulo, 2017. Citado 2 vezes nas páginas 22 e 35.
- FOUCAULT, M.; KREMER-MARIETTI, A. *L'archéologie du savoir*. [S.l.]: Gallimard Paris, 1969. v. 1. Citado na página 30.
- FREITAS, C. Sobre a construção de um léxico da afetividade para o processamento computacional do português. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, SciELO Brasil, v. 13, n. 4, p. 1031–1059, 2013. Citado 2 vezes nas páginas 45 e 54.
- FREITAS, C. et al. Vampiro que brilha... rá! desafios na anotação de opinião em um corpus de resenhas de livros. *Encontro de Linguística de Corpus*, v. 11, p. 22, 2012. Citado 2 vezes nas páginas 45 e 54.
- FREITAS, C. et al. Sparkling vampire... lol! annotating opinions in a book review corpus. *New Language Technologies and Linguistic Research: A Two-Way Road*, p. 128–146, 2014. Citado 2 vezes nas páginas 45 e 54.
- FUKS, M. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. *Opinião Pública*, SciELO Brasil, v. 18, n. 1, p. 88–108, 2012. Citado 2 vezes nas páginas 22 e 34.
- GABEL, M.; SCHEVE, K. Estimating the effect of elite communications on public opinion using instrumental variables. *American Journal of Political Science*, Wiley Online Library, v. 51, n. 4, p. 1013–1028, 2007. Citado na página 39.
- GEDDES, B.; ZALLER, J. Sources of popular support for authoritarian regimes. *American Journal of Political Science*, JSTOR, p. 319–347, 1989. Citado na página 30.
- GENTZKOW, M.; KELLY, B.; TADDY, M. Text as data. *Journal of Economic Literature*, v. 57, n. 3, p. 535–74, 2019. Citado na página 40.
- GERSTENFELD, P. B.; GRANT, D. R.; CHIANG, C.-P. Hate online: A content analysis of extremist internet sites. *Analyses of social issues and public policy*, Wiley Online Library, v. 3, n. 1, p. 29–44, 2003. Citado na página 32.
- GLASIUS, M. What authoritarianism is... and is not: a practice perspective. *International Affairs*, Oxford University Press, v. 94, n. 3, p. 515–533, 2018. Citado 2 vezes nas páginas 27 e 38.

- GOLDSCHLÄGER, A. Towards a semiotics of authoritarian discourse. *Poetics Today*, JSTOR, v. 3, n. 1, p. 11–20, 1982. Citado na página 33.
- GONÇALVES, P.; BENEVENUTO, F.; CHA, M. Panas-t: A psychometric scale for measuring sentiments on twitter. *arXiv preprint arXiv:1308.1857*, 2013. Citado 2 vezes nas páginas 53 e 55.
- GONÇALVES, R. B. *O discurso religioso na política e a política no discurso religioso: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (2003-2014)*. Tese (Doutorado) — Tese (Doutorado em Sociologia), IESP, Rio de Janeiro, 2016. Citado na página 60.
- GONZALEZ-OCANTOS, E. et al. Vote buying and social desirability bias: Experimental evidence from nicaragua. *American Journal of Political Science*, Wiley Online Library, v. 56, n. 1, p. 202–217, 2012. Citado na página 50.
- GOUNARI, P. Authoritarianism, discourse and social media: Trump as the ‘american agitator’. *Critical Theory and Authoritarian Populism*, p. 207, 2018. Citado na página 33.
- GRIMMER, J.; STEWART, B. M. Text as data: The promise and pitfalls of automatic content analysis methods for political texts. *Political analysis*, Cambridge University Press, v. 21, n. 3, p. 267–297, 2013. Citado 2 vezes nas páginas 40 e 41.
- GRZYMALA-BUSSE, A. Authoritarian determinants of democratic party competition: The communist successor parties in east central europe. *Party Politics*, Sage Publications London, Thousand Oaks, New Delhi, v. 12, n. 3, p. 415–437, 2006. Citado na página 38.
- HEERWIG, J. A.; MCCABE, B. J. Education and social desirability bias: The case of a black presidential candidate. *Social Science Quarterly*, Wiley Online Library, v. 90, n. 3, p. 674–686, 2009. Citado na página 50.
- HENRY, P. J. et al. Social dominance orientation, authoritarianism, and support for intergroup violence between the middle east and america. *Political Psychology*, Wiley Online Library, v. 26, n. 4, p. 569–584, 2005. Citado na página 29.
- HIEL, A. V.; CLERCQ, B. D. Authoritarianism is good for you: Right-wing authoritarianism as a buffering factor for mental distress. *European Journal of Personality: Published for the European Association of Personality Psychology*, Wiley Online Library, v. 23, n. 1, p. 33–50, 2009. Citado na página 34.
- HOFFMANN-LANGE, U. Methods of elite research. In: *The Oxford handbook of political behavior*. [S.l.: s.n.], 2007. Citado na página 39.
- HOGENBOOM, A. et al. Exploiting emoticons in sentiment analysis. In: *Proceedings of the 28th annual ACM symposium on applied computing*. [S.l.: s.n.], 2013. p. 703–710. Citado na página 54.
- HOLLAND, A. C. Right on crime? conservative party politics and "mano dura" policies in el salvador. *Latin American Research Review*, JSTOR, p. 44–67, 2013. Citado na página 26.
- HOPF, C. Authoritarians and their families: Qualitative studies on the origins of authoritarian dispositions. In: *Strength and Weakness*. [S.l.]: Springer, 1993. p. 119–143. Citado na página 34.

- HOPP, T.; VARGO, C. J. Does negative campaign advertising stimulate uncivil communication on social media? measuring audience response using big data. *Computers in human behavior*, Elsevier, v. 68, p. 368–377, 2017. Citado na página 40.
- HOWARD, J.; RUDER, S. Universal language model fine-tuning for text classification. *arXiv preprint arXiv:1801.06146*, 2018. Citado na página 54.
- HUANG, W.; OLSON, J. S.; OLSON, G. M. Camera angle affects dominance in video-mediated communication. In: ACM. *CHI'02 Extended Abstracts on Human Factors in Computing Systems*. [S.l.], 2002. p. 716–717. Citado na página 31.
- HUNSBERGER, B. Religious fundamentalism, right-wing authoritarianism, and hostility toward homosexuals in non-christian religious groups. *The International Journal for the Psychology of Religion*, Taylor & Francis, v. 6, n. 1, p. 39–49, 1996. Citado 2 vezes nas páginas 22 e 28.
- HUNTER, W.; POWER, T. J. Bolsonaro and brazil's illiberal backlash. *Journal of Democracy*, Johns Hopkins University Press, v. 30, n. 1, p. 68–82, 2019. Citado 2 vezes nas páginas 33 e 59.
- HUTTO, C. J.; GILBERT, E. Vader: A parsimonious rule-based model for sentiment analysis of social media text. In: *Eighth international AAAI conference on weblogs and social media*. [S.l.: s.n.], 2014. Citado na página 54.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernization, cultural change, and democracy: The human development sequence*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2005. Citado 2 vezes nas páginas 29 e 35.
- JOHNSON, M. K. et al. A mediational analysis of the role of right-wing authoritarianism and religious fundamentalism in the religiosity–prejudice link. *Personality and Individual Differences*, Elsevier, v. 50, n. 6, p. 851–856, 2011. Citado na página 22.
- JOLY, J. K.; HOFMANS, J.; LOEWEN, P. Personality and party ideology among politicians. a closer look at political elites from canada and belgium. *Frontiers in psychology*, Frontiers, v. 9, p. 552, 2018. Citado na página 39.
- JONATHAN, E. The influence of religious fundamentalism, right-wing authoritarianism, and christian orthodoxy on explicit and implicit measures of attitudes toward homosexuals. *The International Journal for the Psychology of Religion*, Taylor & Francis, v. 18, n. 4, p. 316–329, 2008. Citado 2 vezes nas páginas 22 e 28.
- JÚNIOR, J. F. Análise de valências, debate acadêmico e contenda política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 20, 2016. Citado na página 53.
- KHANY, R.; HAMZELOU, Z. A systemic functional analysis of dictators' speech: Toward a move-based model. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, Elsevier, v. 98, p. 917–924, 2014. Citado na página 32.
- KYLE, J.; GULTCHIN, L. Populists in power around the world. *Tony Blair Institut for Global Change*, 2018. Citado na página 40.
- KYLE, J.; MOUNK, Y. The populist harm to democracy: An empirical assessment. *Tony Blair Institut for Global Change*, 2018. Citado na página 27.

- LACERDA, M. B. Ideologia de gênero” na câmara dos deputados. *Anais do 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Belo Horizonte*, v. 30, 2016. Citado na página 60.
- LAWSON, C. et al. Looking like a winner: Candidate appearance and electoral success in new democracies. *World Politics*, Cambridge University Press, v. 62, n. 4, p. 561–593, 2010. Citado na página 31.
- LAYTHE, B.; FINKEL, D.; KIRKPATRICK, L. A. Predicting prejudice from religious fundamentalism and right-wing authoritarianism: A multiple-regression approach. *Journal for the scientific study of Religion*, Wiley Online Library, v. 40, n. 1, p. 1–10, 2001. Citado 2 vezes nas páginas 22 e 28.
- LEVITSKY, S.; WAY, L. *Competitive Authoritarianism: The Emergence and Dynamics of Hybrid Regimes in the Post-Cold War Era. Manuscript Draft*. 2006. Citado na página 27.
- LEVITSKY, S.; WAY, L. A. Elections without democracy: The rise of competitive authoritarianism. *Journal of democracy*, Johns Hopkins University Press, v. 13, n. 2, p. 51–65, 2002. Citado na página 27.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *How democracies die*. [S.l.]: Crown, 2018. Citado 4 vezes nas páginas 21, 28, 33 e 37.
- LEVY, K. E.; FRANKLIN, M. Driving regulation: Using topic models to examine political contention in the us trucking industry. *Social Science Computer Review*, Sage Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 32, n. 2, p. 182–194, 2014. Citado na página 57.
- LEWIS, G. J.; BATES, T. C. Common heritable effects underpin concerns over norm maintenance and in-group favoritism: Evidence from genetic analyses of right-wing authoritarianism and traditionalism. *Journal of Personality*, Wiley Online Library, v. 82, n. 4, p. 297–309, 2014. Citado na página 34.
- LINDÉN, M.; BJÖRKLUND, F.; BÄCKSTRÖM, M. How a terror attack affects right-wing authoritarianism, social dominance orientation, and their relationship to torture attitudes. *Scandinavian journal of psychology*, Wiley Online Library, v. 59, n. 5, p. 547–552, 2018. Citado na página 34.
- LIPSET, S. M. Reflections on capitalism, socialism & democracy. *Journal of Democracy*, Johns Hopkins University Press, v. 4, n. 2, p. 43–55, 1993. Citado na página 25.
- LIU, P. et al. Forecasting the presence and intensity of hostility on instagram using linguistic and social features. In: *Twelfth International AAAI Conference on Web and Social Media*. [S.l.: s.n.], 2018. Citado na página 40.
- LODGE, M.; TABER, C. S. *The rationalizing voter*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2013. Citado na página 31.
- LOXTON, J. Authoritarian successor parties. *Journal of Democracy*, Johns Hopkins University Press, v. 26, n. 3, p. 157–170, 2015. Citado 2 vezes nas páginas 35 e 38.
- LOXTON, J. I. *Authoritarian inheritance and conservative party-building in Latin America*. Tese (Doutorado), 2014. Citado 4 vezes nas páginas 21, 26, 35 e 38.

- LYONS, T. From victorious rebels to strong authoritarian parties: prospects for post-war democratization. *Democratization*, Taylor & Francis, v. 23, n. 6, p. 1026–1041, 2016. Citado na página 38.
- MACHADO, M. d. D. C. Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira. *Revista Cultura y Religión*, Universidad de Arturo Prat, v. 7, n. 2, p. 48, 2013. Citado na página 60.
- MACHADO, M. T.; PARDO, T. A.; RUIZ, E. E. S. Creating a portuguese context sensitive lexicon for sentiment analysis. In: SPRINGER. *International Conference on Computational Processing of the Portuguese Language*. [S.l.], 2018. p. 335–344. Citado na página 55.
- MACWILLIAMS, M. C. Who decides when the party doesn't? authoritarian voters and the rise of donald trump. *PS: Political Science & Politics*, Cambridge University Press, v. 49, n. 4, p. 716–721, 2016. Citado na página 38.
- MAMONOVA, N. Understanding the silent majority in authoritarian populism: what can we learn from popular support for putin in rural russia? *The Journal of Peasant Studies*, Taylor & Francis, v. 46, n. 3, p. 561–585, 2019. Citado na página 35.
- MAMONOVA, N.; FRANQUESA, J. Populism, neoliberalism and agrarian movements in europe. understanding rural support for right-wing politics and looking for progressive solutions. *Sociologia Ruralis*, Wiley Online Library, 2019. Citado na página 35.
- MÄNTYLÄ, M. V.; GRAZIOTIN, D.; KUUTILA, M. The evolution of sentiment analysis—a review of research topics, venues, and top cited papers. *Computer Science Review*, Elsevier, v. 27, p. 16–32, 2018. Citado na página 53.
- MAYNARD, D.; GREENWOOD, M. A. Who cares about sarcastic tweets? investigating the impact of sarcasm on sentiment analysis. In: ELRA. *LREC 2014 Proceedings*. [S.l.], 2014. Citado na página 41.
- MCNAIR, D.; HEUCHERT, J.; SHILONY, E. Profile of mood states: Bibliography 1964–2002. *Mutli-Health Systems*, 2003. Citado na página 53.
- MELOEN, J. D. The f scale as a predictor of fascism: An overview of 40 years of authoritarianism research. In: *Strength and weakness*. [S.l.]: Springer, 1993. p. 47–69. Citado 3 vezes nas páginas 21, 22 e 28.
- MIETZNER, M. Indonesia's 2014 elections: How jokowi won and democracy survived. *Journal of Democracy*, Johns Hopkins University Press, v. 25, n. 4, p. 111–125, 2014. Citado na página 33.
- MIGUEL, L. F. Quanto vale uma valência? *Revista Brasileira de Ciência Política*, SciELO Brasil, n. 17, p. 165–178, 2015. Citado na página 53.
- MIGUEL, L. F.; SANTOS, R. M. d. O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na câmara dos deputados. Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas, 2017. Citado na página 60.
- MOREIRA, D. C. *Com a palavra os nobres deputados: frequência e ênfase temática dos discursos dos parlamentares brasileiros*. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 2016. Citado 3 vezes nas páginas 40, 46 e 61.

- MORGAN, D. et al. Predictors of social status in cynomolgus monkeys (macaca fascicularis) after group formation. *American Journal of Primatology: Official Journal of the American Society of Primatologists*, Wiley Online Library, v. 52, n. 3, p. 115–131, 2000. Citado na página 31.
- MOWERY, D. et al. Identifying depression-related tweets from twitter for public health monitoring. *Online Journal of Public Health Informatics*, v. 8, n. 1, 2016. Citado na página 40.
- MUDDE, C. *The ideology of the extreme right*. [S.l.]: Oxford University Press, 2000. Citado na página 38.
- MUDDE, C. *Populist radical right parties in Europe*. [S.l.]: Cambridge University Press Cambridge, 2009. Citado 4 vezes nas páginas 21, 25, 35 e 38.
- MUDDE, C. Introduction to the populist radical right. In: *The Populist Radical Right*. [S.l.]: Routledge, 2016. p. 22–35. Citado 2 vezes nas páginas 21 e 38.
- MUDDE, C. An ideational approach. *The Oxford handbook of populism*, Oxford University Press, p. 27, 2017. Citado na página 38.
- MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. Exclusionary vs. inclusionary populism: Comparing contemporary europe and latin america. *Government and Opposition*, Cambridge University Press, v. 48, n. 2, p. 147–174, 2013. Citado na página 34.
- MÜLLER, J.-W. *What is populism?* [S.l.]: Penguin UK, 2017. Citado na página 33.
- NETTO, G. F.; SPECK, B. W. O dinheiro importa menos para os candidatos evangélicos? *Opinião Pública*, v. 23, n. 3, p. 809–836, 2017. Citado 2 vezes nas páginas 60 e 67.
- NIKHIL, N. et al. Lstms with attention for aggression detection. In: *Proceedings of the First Workshop on Trolling, Aggression and Cyberbullying (TRAC-2018)*. [S.l.: s.n.], 2018. p. 52–57. Citado na página 40.
- NORRIS, P. Is western democracy backsliding? diagnosing the risks. *Journal of Democracy Web Exchange*, 2017. Citado na página 30.
- NORRIS, P.; INGLEHART, R. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2019. Citado 4 vezes nas páginas 21, 26, 27 e 35.
- NORRIS, P. et al. *Radical right: Voters and parties in the electoral market*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2005. Citado 3 vezes nas páginas 25, 35 e 38.
- O'DONELL, G. A. Delegative democracy. *Journal of democracy*, Johns Hopkins University Press, v. 5, n. 1, p. 55–69, 1994. Citado na página 27.
- OHTSUKI, H. et al. A simple rule for the evolution of cooperation on graphs and social networks. *Nature*, Nature Publishing Group, v. 441, n. 7092, p. 502–505, 2006. Citado na página 28.
- OLIVEIRA, R. C. de. Famílias políticas e desempenho eleitoral nas eleições de 2014. família como variável política nas eleições. *Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR*, v. 2, n. 4, p. 1–4, 2016. Citado na página 60.

- OLIVER, J. E.; RAHN, W. M. Rise of the trumpenvolk: Populism in the 2016 election. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, SAGE Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 667, n. 1, p. 189–206, 2016. Citado na página 40.
- OPP. *Open-Source Psychometrics Project Answers to Bob Altemeyer's Right-wing Authoritarianism Scale*. 2016. Data coletada do repositório, <https://openpsychometrics.org/_rawdata/>. Citado 2 vezes nas páginas 30 e 50.
- ORABI, A. H. et al. Deep learning for depression detection of twitter users. In: *Proceedings of the Fifth Workshop on Computational Linguistics and Clinical Psychology: From Keyboard to Clinic*. [S.l.: s.n.], 2018. p. 88–97. Citado na página 40.
- ORASAN, C. Aggressive language identification using word embeddings and sentiment features. In: ASSOCIATION FOR COMPUTATIONAL LINGUISTICS. [S.l.], 2018. Citado na página 40.
- PANG, B.; LEE, L.; VAITHYANATHAN, S. Thumbs up?: sentiment classification using machine learning techniques. In: ASSOCIATION FOR COMPUTATIONAL LINGUISTICS. *Proceedings of the ACL-02 conference on Empirical methods in natural language processing- Volume 10*. [S.l.], 2002. p. 79–86. Citado na página 54.
- PAUWELS, T. Measuring populism: A quantitative text analysis of party literature in belgium. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, Taylor & Francis, v. 21, n. 1, p. 97–119, 2011. Citado na página 40.
- PENNEBAKER, J. W.; FRANCIS, M. E. Cognitive, emotional, and language processes in disclosure. *Cognition & Emotion*, Taylor & Francis, v. 10, n. 6, p. 601–626, 1996. Citado na página 54.
- PENNEBAKER, J. W.; MAYNE, T. J.; FRANCIS, M. E. Linguistic predictors of adaptive bereavement. *Journal of personality and social psychology*, American Psychological Association, v. 72, n. 4, p. 863, 1997. Citado na página 54.
- PEREIRA, C.; TORRES, A. R. R.; BARROS, T. S. Sistemas de valores e atitudes democráticas de estudantes universitários. *Psicologia: teoria e pesquisa*, SciELO Brasil, v. 20, n. 1, p. 001–010, 2004. Citado na página 34.
- PEREIRA, C. R.; LIMA, M. E. O.; LARRAIN, L. F. C. R. Sistemas de valores e atitudes democráticas de estudantes universitários de João Pessoa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, SciELO Brasil, 2001. Citado na página 34.
- PINTO, D. Indoctrinating the youth of post-war Spain: A discourse analysis of a fascist civics textbook. *Discourse & Society*, Sage Publications Sage CA: Thousand Oaks, CA, v. 15, n. 5, p. 649–667, 2004. Citado na página 33.
- RIDGEWAY, C.; DIEKEMA, D. Dominance and collective hierarchy formation in male and female task groups. *American Sociological Review*, JSTOR, p. 79–93, 1989. Citado na página 31.
- ROBERTS, M. E. Introduction to the virtual issue: recent innovations in text analysis for social science. *Political Analysis*, Cambridge University Press, v. 24, n. V10, p. 1–5, 2016. Citado na página 40.

- ROKEACH, M. Political and religious dogmatism: An alternative to the authoritarian personality. *Psychological Monographs: General and Applied*, American Psychological Association, v. 70, n. 18, p. 1, 1956. Citado 2 vezes nas páginas 22 e 34.
- ROKEACH, M. et al. The open and closed mind. Basic books New York, 1960. Citado 2 vezes nas páginas 28 e 34.
- ROODUIJN, M.; PAUWELS, T. Measuring populism: Comparing two methods of content analysis. *West European Politics*, Taylor & Francis, v. 34, n. 6, p. 1272–1283, 2011. Citado na página 40.
- ROWATT, W. C.; FRANKLIN, L. M. Christian orthodoxy, religious fundamentalism, and right-wing authoritarianism as predictors of implicit racial prejudice. *The International Journal for the Psychology of Religion*, Taylor & Francis, v. 14, n. 2, p. 125–138, 2004. Citado 2 vezes nas páginas 22 e 28.
- RUDMIN, F. W. Norwegian short-form of the marlowe-crowne social desirability scale. *Scandinavian Journal of Psychology*, Wiley Online Library, v. 40, n. 3, p. 229–233, 1999. Citado na página 50.
- RUTH, S. P.; BARACALDO, A. M. R. Measuring populist attitudes in latin america's parliamentary elites. In: *ALACIP Annual Congress, Lima (Peru)*. [S.l.: s.n.], 2015. Citado na página 39.
- RYDGREN, J. The sociology of the radical right. *Annu. Rev. Sociol.*, Annual Reviews, v. 33, p. 241–262, 2007. Citado na página 21.
- SAHAY, K. et al. Detecting cyberbullying and aggression in social commentary using nlp and machine learning. *International Journal of Engineering Technology Science and Research*, v. 5, n. 1, 2018. Citado na página 40.
- SANTOS, R. M. d. O debate sobre aborto na câmara dos deputados (1991-2014): posições e vozes das mulheres parlamentares. Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu, 2017. Citado na página 60.
- SCHEDLER, A. The collapse of solidarity in criminal civil war: Citizen indifference towards the victims of organized violence in Mexico. *Browser Download This Paper*, 2014. Citado na página 35.
- SCHEDLER, A. The criminal community of victims and perpetrators: Cognitive foundations of citizen eetachment from organized violence in Mexico. *Human Rights Quarterly*, The Johns Hopkins University Press, v. 38, n. 4, p. 1038–1069, 2016. Citado na página 35.
- SCHUMPETER, J. A. et al. Capitalism, socialism, and democracy. Harper, 1942. Citado na página 25.
- SELIGSON, A. L. When democracies elect dictators: Motivations for and impact of the election of former authoritarians in argentina and bolivia. 2003. Citado 3 vezes nas páginas 21, 25 e 37.
- SELIGSON, A. L.; TUCKER, J. A. Feeding the hand that bit you: Voting for ex-authoritarian rulers in russia and bolivia. *Demokratizatsiya*, Citeseer, v. 13, n. 1, 2005. Citado 3 vezes nas páginas 21, 25 e 37.

- SELIGSON, M. A.; BOOTH, J. A. crime, hard times, and discontent. *Journal of Democracy*, The Johns Hopkins University Press, v. 21, n. 2, p. 123–135, 2010. Citado na página 22.
- SERRANO-GUERRERO, J. et al. Sentiment analysis: A review and comparative analysis of web services. *Information Sciences*, Elsevier, v. 311, p. 18–38, 2015. Citado na página 53.
- SIBLEY, C. G.; WILSON, M. S.; DUCKITT, J. Antecedents of men's hostile and benevolent sexism: The dual roles of social dominance orientation and right-wing authoritarianism. *Personality and Social Psychology Bulletin*, Sage Publications Sage CA: Thousand Oaks, CA, v. 33, n. 2, p. 160–172, 2007. Citado 2 vezes nas páginas 22 e 29.
- SIBLEY, C. G.; WILSON, M. S.; DUCKITT, J. Effects of dangerous and competitive worldviews on right-wing authoritarianism and social dominance orientation over a five-month period. *Political Psychology*, Wiley Online Library, v. 28, n. 3, p. 357–371, 2007. Citado na página 34.
- SIDANIUS, J.; PRATTO, F. *Social dominance: An intergroup theory of social hierarchy and oppression*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2001. Citado 2 vezes nas páginas 31 e 32.
- SIEGEL, S. M. The relationship of hostility to authoritarianism. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, American Psychological Association, v. 52, n. 3, p. 368, 1956. Citado na página 32.
- SLAPIN, J. B.; PROKSCH, S.-O. A scaling model for estimating time-series party positions from texts. *American Journal of Political Science*, Wiley Online Library, v. 52, n. 3, p. 705–722, 2008. Citado na página 40.
- SMITH, A. M. A symptomology of an authoritarian discourse. *New Formations*, v. 10, p. 41–65, 1990. Citado 2 vezes nas páginas 32 e 44.
- SMITH, H. J.; PETTIGREW, T. F. Advances in relative deprivation theory and research. *Social Justice Research*, Springer, v. 28, n. 1, p. 1–6, 2015. Citado na página 32.
- SONG, M.; KIM, M. C.; JEONG, Y. K. Analyzing the political landscape of 2012 korean presidential election in twitter. *IEEE Intelligent Systems*, IEEE, v. 29, n. 2, p. 18–26, 2014. Citado na página 57.
- SOUZA, M. et al. Construction of a portuguese opinion lexicon from multiple resources. In: *Proceedings of the 8th Brazilian Symposium in Information and Human Language Technology*. [S.l.: s.n.], 2011. Citado na página 54.
- STAVRAKAKIS, Y.; ANDREADIS, I.; KATSAMBEKIS, G. A new populism index at work: identifying populist candidates and parties in the contemporary greek context. *European Politics and Society*, Taylor & Francis, v. 18, n. 4, p. 446–464, 2017. Citado na página 39.
- STEIN, E. A. The unraveling of support for authoritarianism: The dynamic relationship of media, elites, and public opinion in brazil, 1972–82. *The International Journal of Press/Politics*, Sage Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 18, n. 1, p. 85–107, 2013. Citado na página 30.

- STEVENS, D.; BISHIN, B. G.; BARR, R. R. Authoritarian attitudes, democracy, and policy preferences among latin american elites. *American Journal of Political Science*, Wiley Online Library, v. 50, n. 3, p. 606–620, 2006. Citado na página 39.
- SULLIVAN, J. L.; TRANSUE, J. E. The psychological underpinnings of democracy: A selective review of research on political tolerance, interpersonal trust, and social capital. *Annual review of psychology*, Annual Reviews 4139 El Camino Way, PO Box 10139, Palo Alto, CA 94303-0139, USA, v. 50, n. 1, p. 625–650, 1999. Citado na página 35.
- SUN, C. et al. How to fine-tune bert for text classification? In: SPRINGER. *China National Conference on Chinese Computational Linguistics*. [S.l.], 2019. p. 194–206. Citado na página 54.
- THELWALL, M. et al. *SentiStrength*. 2014. Disponível em: <<http://sentistrength.wlv.ac.uk>>. Citado na página 54.
- THOMSEN, L.; GREEN, E. G.; SIDANIUS, J. We will hunt them down: How social dominance orientation and right-wing authoritarianism fuel ethnic persecution of immigrants in fundamentally different ways. *Journal of Experimental Social Psychology*, Elsevier, v. 44, n. 6, p. 1455–1464, 2008. Citado 2 vezes nas páginas 22 e 29.
- TITUS, H. E.; HOLLANDER, E. P. The california f scale in psychological research: 1950-1955. *Psychological bulletin*, American Psychological Association, v. 54, n. 1, p. 47, 1957. Citado 3 vezes nas páginas 21, 22 e 28.
- VALENZUELA, A. Latin american presidencies interrupted. *Journal of Democracy*, Johns Hopkins University Press, v. 15, n. 4, p. 5–19, 2004. Citado 2 vezes nas páginas 26 e 35.
- VARGO, C. J.; HOPP, T. Socioeconomic status, social capital, and partisan polarity as predictors of political incivility on twitter: A congressional district-level analysis. *Social Science Computer Review*, SAGE Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 35, n. 1, p. 10–32, 2017. Citado na página 40.
- VILANOVA, F. et al. Adaptação transcultural e estrutura fatorial da versão brasileira da escala right-wing authoritarianism. *Trends in Psychology/Temas em Psicologia*, Sociedade Brasileira de Psicologia, v. 26, n. 3, p. 1299–1316, 2018. Citado 4 vezes nas páginas 45, 46, 47 e 48.
- VOETEN, E. Are people really turning away from democracy? *Journal of Democracy Web Exchange*, 2016. Citado na página 25.
- WATSON, D.; CLARK, L. Manual for the positive and negative affect schedule: Expanded form. *University of Iowa*, 1994. Citado na página 53.
- WATSON, D.; CLARK, L. A.; TELLEGEN, A. Development and validation of brief measures of positive and negative affect: the panas scales. *Journal of personality and social psychology*, American Psychological Association, v. 54, n. 6, p. 1063, 1988. Citado na página 53.
- WEYLAND, K. Latin america's authoritarian drift: the threat from the populist left. *Journal of democracy*, Johns Hopkins University Press, v. 24, n. 3, p. 18–32, 2013. Citado na página 37.

WILKERSON, J.; CASAS, A. Large-scale computerized text analysis in political science: Opportunities and challenges. *Annual Review of Political Science*, Annual Reviews, v. 20, p. 529–544, 2017. Citado na página 40.

WVS. *World Values Survey Round six-country-pooled datafile version*. 2014. Data coletada do repositório, <<http://www.worldvaluessurvey.org>>. Citado na página 30.

XAVIER, G. L. “senhores da lei, donos da terra”: o arauto da bancada ruralista na câmara dos deputados (2009-2014). *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2015. Citado na página 60.

YANG, Z. et al. Xlnet: Generalized autoregressive pretraining for language understanding. In: *Advances in neural information processing systems*. [S.l.: s.n.], 2019. p. 5754–5764. Citado na página 54.

ZALLER, J. R. et al. *The nature and origins of mass opinion*. [S.l.]: Cambridge university press, 1992. Citado na página 39.

ZAMPIERI, M. et al. Predicting the type and target of offensive posts in social media. *arXiv preprint arXiv:1902.09666*, 2019. Citado na página 40.

ZIRN, C.; STUCKENSCHMIDT, H. Multidimensional topic analysis in political texts. *Data & Knowledge Engineering*, Elsevier, v. 90, p. 38–53, 2014. Citado na página 57.

Apêndices